



# **ACADEMIA MILITAR**

## **Dimensão Orçamental da Defesa de um Pequeno Estado Insular - O caso de São Tomé e Príncipe**

**Autor:** Aspirante Aluno de Administração Militar André Osvaldo Fernandes Santiago de  
Lima

**Orientador:** Capitão de Administração Militar Hélio Jesus Branco Corguinho Fernandes

**Mestrado Integrado em Administração Militar**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2020**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **Dimensão Orçamental da Defesa de um Pequeno Estado Insular - O caso de São Tomé e Príncipe**

**Autor:** Aspirante Aluno de Administração Militar André Osvaldo Fernandes Santiago de  
Lima

**Orientador:** Capitão de Administração Militar Hélio Jesus Branco Corguinho Fernandes

**Mestrado Integrado em Administração Militar**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2020**

## EPÍGRAFE

*“Gerir é substituir músculos por pensamentos,  
folclore e superstição por conhecimento, e força por cooperação”.*

Peter Drucker

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que nunca deixaram de acreditar em mim, e que para o cumprimento desta importante missão, e apesar das dificuldades tentaram sempre lembrar-me de que “*um guerreiro só volta para casa com missão cumprida*”.

## AGRADECIMENTOS

No decorrer deste Trabalho de Investigação Aplicada tive o privilégio da enorme contribuição de inúmeras pessoas que me apoiaram e cooperaram para que alcançasse os meus objetivos. Assim sendo deixo aqui o meu agradecimento:

Ao Sr. Coronel Bruno da Silva Brito, professor do vestibular e quem me incentivou a explorar o tema desta investigação e que sempre demonstrou o seu interesse para a melhoria continua da formação dos cadetes oriundos dos PLOP, e aos restantes professores que integraram o plano curricular da minha formação, e que contribuíram para o enriquecimento da minha formação.

Ao Coronel Alfredo Marçal Lima, secretario geral da Política de Defesa Nacional, pela colaboração e pela partilha de informação que permitiu conhecer com alguma precisão as características do nosso estudo caso.

Ao Tenente Guimarães, pela total disponibilidade demonstrada em esclarecer dúvidas pertinentes, e com quem o contacto próximo permitiu conhecer melhor a nossa realidade.

Ao Comissário João Pedro Cravid Diretor do Departamento de Estudos, Planeamento e Formação da PNSTP que pela sua disponibilidade e colaboração não deixou de contribuir para enriquecer o presente trabalho.

Ao meu tio Adelino Castelo David, pela disponibilidade e com quem a interação permitiu pensar fora da caixa, e ter dado o seu contributo à luz da sua experiência como economista e funcionário público. Os *insights*, bem como os materiais fornecidos revelaram-se de grande uso para a presente Investigação aplicada.

Ao Coronel Machado Barroso, comandante do RAME pela disponibilidade e que a que durante a entrevista ter demonstrado interesse em melhorar a investigação e cujos apontamentos foram tidos em consideração para reforçar a visão do autor.

Ao Tenente Coronel de Administração Militar Alves Gomes, que na qualidade de Diretor de Curso de Administração Militar a partir do ano letivo 2016/2017 e subsequentes por ter acompanhado o projeto do Trabalho de Investigação Aplicada desde o início.

Ao Sr. Capitão Administração Militar Hélio Fernandes que na qualidade de Orientador sempre demonstrou total disponibilidade, prontidão e auxílio. A sua dedicação e preocupação determinou que fosse um elemento chave para o sucesso deste estudo, não só

pelo facto de providenciar valorosas opiniões, bem como por ter concebido as linhas diretoras que o possibilitaram.

À família e amigos, pela amizade, camaradagem e pelo desmedido auxílio desde o primeiro dia de aulas, bem como àquele que por força das suas convicções pessoais e profissionais preferiu o anonimato. Um enorme agradecimento por todo o apoio prestado e pela união estabelecida para os bons e maus momentos. Um obrigado especial à minha namorada por ter sido uma super companheira e ter me apoiado ao longo destes anos.

Não existem palavras suficientes para expressar o quanto me apoiaram, a vossa dedicação e apreço reforçaram a vontade para continuar a lutar.

A todos vós,  
O meu sincero agradecimento!

André Santiago Lima

## RESUMO

Nesta investigação pretendemos analisar os gastos com a Defesa da República Democrática de São Tomé e Príncipe, tendo por base modelos e ferramentas de Econometria. Considerando que São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular cujas Forças Armadas têm capacidades reduzidas face às ameaças atuais, torna-se pertinente analisar a sua dimensão da despesa pública com este setor bem como identificar modelos e Políticas de Defesa, recorrendo ao Benchmarking, que possam otimizar o as Políticas no setor da Defesa e Segurança do Estado santomense. Visto que as forças armadas são muitas vezes acionadas no âmbito da segurança interna, daí surge abrangência do tema (Defesa e Segurança).

Para melhor compreensão do fenómeno foi empregue uma abordagem mista (recorrendo a análise quantitativa por modelo econométrico e a entrevistas) à qual associamos o método hipotético-dedutivo. Primeiramente recorreremos à regressão múltipla de modo a identificar, quais as variáveis explicativas, e quais os respetivos coeficientes, que determinam os Gastos da Defesa. Os resumos de dados provenientes da amostra conjugadas com análise documental permitiram formular hipóteses. Posteriormente estas hipóteses foram comparadas a informação qualitativa, fruto de entrevistas à oficiais das Forças Armadas e da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe de modo a proceder à sua validação. Neste âmbito foi entrevistado também um economista são-tomense de modo a reforçar a nossa análise.

Os resultados indicaram que as capacidades militares limitadas da República Democrática de São Tomé e Príncipe, incitam a uma reflexão, por parte da liderança política e militar, sobre o ajustamento e otimização do orçamento da Defesa, que as cooperações bilaterais são um elemento chave enquanto potencializador da defesa do país. Outros aspetos ainda reforçados foram a falta de adequabilidade das FASTP face a condição de insularidade e que FASTP devem continuar a contribuir para o reforço da segurança a nível interno. Também se constatou que no seio da pandemia atual do Covid-19 as FASTP têm demonstrado ser um elemento de suporte.

**Palavras-chave:** São Tomé e Príncipe; Defesa; Estados Insulares; Regressão Múltipla, Benchmarking.

## ABSTRACT

This research intend to analyze the expenses with the defense of the Democratic Republic of São Tomé e Príncipe, based on econometric models and tools. Whereas São Tomé e Príncipe is a small island state whose Armed Forces have reduced capabilities towards the current threats, it is appropriate to analyze its dimension of public spending in this sector as well as to identify models and defense policies, through benchmarking, which can optimize the policies in the sector of defense and security of the Saotomean State. Since the armed forces are often engaged in the framework of internal security, arises the comprehensiveness of the theme (Defense and Security).

For a better understanding of the phenomenon was employed a mixed approach (using quantitative analysis by econometric model and interviews) to which associate the hypothetical-deductive method. First we resorted to multiple regression in order to identify the explanatory variables and the respective coefficients that determine the expenses of defense. The summaries of data derived from the sample combined with documentary analysis enabled to formulate hypotheses. Later these hypotheses were compared to qualitative information, the result of interviews with officers of the Armed Forces and National Police of São Tomé e Príncipe in order to proceed with their validation. In this context was interviewed are also an economist-santomean so as to strengthen our analysis.

The results indicated that the limited military capabilities of the Democratic Republic of São Tomé e Príncipe, incite a reflection on the part of the political and military leadership, on the adjustment and optimization of the defense budget, which the bilateral cooperation is a key element while potentiating the defense of the country. Other aspects were also reinforced like the lack of suitability of the AFSTP face the condition of insularity and that the Armed Forces should continue to contribute to the strengthening of internal security.

**Keywords:** São Tomé and Príncipe; Defense; Island States; Multiple Regression, Benchmarking.

# ÍNDICE GERAL

|  |             |
|--|-------------|
| <b>EPÍGRAFE</b> .....  | <b>i</b>    |
| <b>DEDICATÓRIA</b> .....   | <b>ii</b>   |
| <b>AGRADECIMENTOS</b> .....  | <b>iii</b>  |
| <b>RESUMO</b> .....  | <b>v</b>    |
| <b>ABSTRACT</b> .....  | <b>vi</b>   |
| <b>ÍNDICE GERAL</b> .....  | <b>vii</b>  |
| <b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....   | <b>x</b>    |
| <b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....   | <b>xi</b>   |
| <b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....   | <b>xii</b>  |
| <b>LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS</b> .....                                     | <b>xiii</b> |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS</b> .....                       | <b>xiv</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>1</b>    |
| <b>PARTE I - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, TEÓRICO E METODOLÓGICO..</b><br>..... | <b>4</b>    |
| <b>CAPÍTULO 1. CONCEITOS TEÓRICOS</b> .....                                  | <b>4</b>    |
| 1.1. Soberania, Segurança e o papel da Defesa. ....                          | 4           |
| 1.2. Potencial Estratégico .....   | 10          |
| 1.3. Economia e Defesa .....   | 12          |
| 1.4. A insularidade e a pequena dimensão.....                                | 17          |
| <b>CAPÍTULO 2. AS FASTP NO CONTEXTO ATUAL</b> .....                          | <b>19</b>   |
| 2.1. Estrutura e missões .....   | 19          |
| 2.2. Contexto geopolítico .....  | 20          |
| 2.3. Contexto socioeconómico .....   | 21          |
| <b>CAPÍTULO 3. METODOLOGIA</b> .....   | <b>24</b>   |
| 3.1. Metodologia.....  | 24          |

|  |           |
|--|-----------|
| 3.2. Delimitação da abordagem .....  | 25        |
| 3.3. Questão central e perguntas derivadas.....                            | 25        |
| 3.4. Modelo de análise .....   | 26        |
| 3.5. Hipóteses de investigação.....  | 27        |
| <b>CAPÍTULO 4. MÉTODOS E MATERIAS.....</b>                                 | <b>28</b> |
| 4.1. Tipo de estudo .....  | 28        |
| 4.2. Amostra .....   | 28        |
| 4.3. Instrumentos .....  | 29        |
| 4.4. Procedimentos: definição das variáveis.....                           | 29        |
| 4.5. Variáveis.....  | 30        |
| 4.6. Análise de regressão múltipla.....                                    | 32        |
| 4.7. Resultados da análise de regressão.....                               | 35        |
| <b>PARTE II - TRABALHO DE CAMPO.....</b>                                   | <b>40</b> |
| <b>CAPÍTULO 5. RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO.....</b>                    | <b>40</b> |
| 5.1. Nota introdutória .....   | 40        |
| 5.2. Adaptação das despesas das fastp com base no modelo econométrico..... | 40        |
| 5.3. Caracterização dos inquiridos.....                                    | 41        |
| 5.4. Análise de entrevistas .....  | 41        |
| 5.5. Verificação de hipóteses.....   | 42        |
| <b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>                                    | <b>46</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                    | <b>49</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>   | <b>I</b>  |
| APÊNDICE A - DIFERENTES ABORDAGENS AO CONCEITO DE<br>SEGURANÇA.....        | II        |
| APÊNDICE B - CARACTERÍSTICAS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO<br>.....           | III       |
| APÊNDICE C - FATORES DO POTENCIAL ESTRATÉGICO E SEUS<br>PARÂMETROS .....   | IV        |
|  | viii      |

|   |               |
|---|---------------|
| APÊNDICE D - INQUÉRITO POR ENTREVISTA AO CORONEL ALFREDO MARÇAL LIMA, SECRETARIO GERAL DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL .....                     | VII           |
| APÊNDICE E - INQUÉRITO POR ENTREVISTA AO TENENTE GUIMARÃES, OFICIAL DA SEÇÃO LOGÍSTICA E FINANCEIRA DAS FASTP .....                             | X             |
| APÊNDICE F - INQUÉRITO POR ENTREVISTA AO COMISSARIO JÃO PEDRO CRAVID, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E FORMAÇÃO DA PNSTP ..... | XIII          |
| APÊNDICE G - INQUÉRITO POR ENTREVISTA AO ECONOMISTA ADELINO SANTIAGO CASTELO DAVID .....  | XVII          |
| APÊNDICE H - INQUÉRITO POR ENTREVISTA AO CORONEL LUÍS BARROSO, COMANDANTE DO RAME.....  | XXI           |
| APÊNDICE I - ANÁLISE DE RESULTADOS PARA NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS FASTP.....   | XXIII         |
| APÊNDICE J - ANÁLISE DE RESULTADOS PARA BENEFÍCIOS DA MULTILATERALIDADE.....  | XXIV          |
| APÊNDICE K - ANÁLISE DE RESULTADOS PARA A ADEQUABILIDADE DAS FASTP FACE A CONDIÇÃO INSULARIDDE ... ..   | XXV           |
| APÊNDICE L - ANÁLISE DE RESULTADOS PARA EMPREGO DAS FASTP NO AMBITO DA SEGURANÇA INTERNA .....  | XXVII         |
| <b>ANEXOS</b> .....   | <b>XXVIII</b> |
| ANEXO A - LISTA DOS PAÍSES E SUAS RESPETIVAS ALIANÇAS   | XXIX          |
| ANEXO B - QUANTIFICAÇÃO DO POTENCIAL DAS ALIANÇAS ..  | XXXI          |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura n.º 1 - Estrutura da segurança internacional após a Guerra Fria .....   | 6  |
| Figura n.º 2 - Número de estados e alianças de defesa 1815 - 1999 .....        | 13 |
| Figura n.º 3 - Evolução dos Gastos com Despesas em % PIB; .....                | 14 |
| Figura n.º 4 - Estrutura das FASTP; .....                                      | 19 |
| Figura n.º 5 - Posição Geográfica da RDSTP; .....                              | 20 |
| Figura n.º 6 - Despesas da com a Defesa em função das despesas públicas; ..... | 22 |
| Figura n.º 7- Fases do procedimento científico .....                           | 24 |
| Figura n.º 8 - Modelo de Análise.....  | 26 |
| Figura n.º 9 - Modelo de Regressão Múltipla.....                               | 32 |

## ÍNDICE DE QUADROS

|  |       |
|--|-------|
| Quadro n.º 1 - Estrutura de tópicos para análise das entrevistas .....                               | 42    |
| Quadro n.º 2 - Diferentes Abordagens para o Conceito de Segurança .....                              | II    |
| Quadro n.º 3 - Fatores do Potencial Estratégico e seus parâmetros .....                              | IV    |
| Quadro n.º 4 - Análise de resultados para nível de financiamento das FASTP .....                     | XXIII |
| Quadro n.º 5 - Análise de resultados para os benefícios da multilateralidade.....                    | XXIV  |
| Quadro n.º 6 - Análise de resultados para adequação das FASTP face as condições de insularidade..... | XXV   |
| Quadro n.º 7 - Análise de resultados para o emprego das FASTP no âmbito da segurança interna .....   | XXVII |

## ÍNDICE DE TABELAS

|  |      |
|--|------|
| Tabela n.º 1 - Fonte de dados para análise de regressão.....     | 36   |
| Tabela n.º 2 - Resumo da Análise de Regressão .....              | 37   |
| Tabela n.º 3 - Coeficientes do modelo de Regressão Múltipla..... | 39   |
| Tabela n.º 4 - Dados de RDSTP para aplicação do modelo .....     | 40   |
| Tabela n.º 6 - Lista de países e suas respectivas alianças.....  | XXIX |
| Tabela n.º 7 - Quantificação do Potencial aliado.....            | XXXI |

## **LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS**

### **APÊNDICES**

- APÊNDICE A - Diferentes abordagens ao conceito de segurança.
- APÊNDICE B - Características do conhecimento científico.
- APÊNDICE C - Fatores do potencial estratégico e seus parâmetros.
- APÊNDICE D - Inquérito por entrevista ao coronel Alfredo Marçal Lima, Secretario Geral da Política de Defesa Nacional.
- APÊNDICE E - Inquérito por entrevista ao Tenente Guimarães, oficial da seção logística e financeira das FASTP.
- APÊNDICE F - Inquérito por Entrevista ao Comissario João Pedro Cravid, Diretor do Departamento de Estudos, Planeamento e Formação da PNSTP.
- APÊNDICE G - Inquérito por entrevista ao economista Adelino Santiago Castelo David.
- APÊNDICE H - Inquérito por entrevista ao Coronel Luís Barroso, Comandante do RAME.
- APÊNDICE I - Análise de resultados para nível de financiamento das FASTP.
- APÊNDICE J - Análise de resultados para benefícios da multilateralidade.
- APÊNDICE K - Análise de resultados para a adequabilidade das FASTP face a condição insularidade.
- APÊNDICE L - Análise de resultados para emprego das FASTP no âmbito da segurança interna.

### **ANEXOS**

- ANEXO A - Lista dos países e suas respetivas alianças
- ANEXO B - Quantificação do potencial das alianças

## **LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS**

- ANSTP** – Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
- ASEAN** - Associação de Nações do Sudeste Asiático
- ASEAN** - ASEAN Defence Ministers' Meeting (ADMM)
- CCG** - Conselho de Cooperação do Golfo
- Cfr.** - Conferir
- CEEAC** - Comunidade Económica dos Estados de África Central
- CIA** - Central Intelligence Agency
- COTS** - *Comercial off-the-shelf*
- CPLP** - Comunidade de países de língua portuguesa
- CRDSTP** - Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe
- DN** - Defesa Nacional
- END** - e elemento nacional destacado
- EUA** - Estados Unidos da América
- EUROMIL** - Organização Europeia de Associações Militares e Sindicatos
- FA** - Forças Armadas
- FASTP** - Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
- FND's** - forças nacionais destacadas
- FSS** - Forças e Serviços de Segurança
- GCSTP** - Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe
- GD** - Gastos em Defesa
- IDN** - Índice de desenvolvimento Humano
- INE** - Instituto Nacional de estatística
- IUM** - Instituto Universitário Militar
- MDN** - Ministério da Defesa Nacional
- NATO** - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OAS** - Organization of American States
- OGE** - Orçamento Geral de Estado
- OI** - Organizações Internacionais
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PD** - Perguntas Derivadas
- PDN** – Política de Defesa Nacional

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento  
**PEID** - Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento  
**PIP** - Programa de investimentos públicos  
**PLOP** - Países de Língua Oficial Portuguesa  
**PNSTP** - Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe  
**RAME** - Regimento de Apoio Militar de Emergência  
**RCFTIA** - Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
**RDSTP** - República Democrática de São Tomé e Príncipe  
**RLM** - Regressão Linear Múltipla  
**STP** – São Tomé e Príncipe  
**SGPDN** - Secretário-Geral da Política de defesa Nacional  
**SMO** - Serviço Militar Obrigatório  
**TIA** - Trabalho de Investigação Aplicada  
**UA** - União Africana  
**VANT** - Veículos aéreos não tripulados

## INTRODUÇÃO

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) surge no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Administração Militar, e está subordinado ao tema: “Dimensão Orçamental da Defesa de um Pequeno Estado Insular - O caso de São Tomé e Príncipe”.

Como qualquer outra instituição as Forças Armadas (FA) requerem uma estrutura de suporte, o que implica gastos necessários à sua sustentação (salários, alimentação, água, energia) bem como os investimentos (instalações, aperfeiçoamento dos seus armamentos e equipamentos) e a inovação o tendo em vista o futuro. A motivação para realização deste trabalho surgiu devido ao fato de ser oriundo de país, que se encontra, segundo o índice de desenvolvimento humano (IDH), como um dos mais baixos à escala planetária e onde as capacidades para providenciar Defesa e Segurança do território nacional encontram-se bastante limitadas, fruto das deficiências económicas<sup>1</sup>, e estruturais associadas às características de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID). Com esta investigação procuramos deixar um referencial para o sector da defesa.

. Os domínios da Defesa e Segurança assegurados pelas Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP) abrangem hoje diversos domínios como a política, a economia, a diplomacia, os transportes e comunicações, a educação e a cultura, a saúde, o ambiente, a ciência e a técnica, procurando fazer face a riscos e ameaças, em que a vontade e os interesses particulares dos diferentes atores se manifestam neste ambiente (Assembleia Nacional, 2019). Deste modo seria oportuno analisar e comparar a RDSTP com outros países.

Inicialmente recorreremos a análise de regressão múltipla para estimar os Gastos com a Defesa (GD); analisando e interpretando a variância entre os países da amostra, determinando o desvio padrão, coeficientes de significância de para cada variável explicativa do nosso modelo estatístico. A seleção da amostra foi feita tendo como critério único a dimensão da população, incluído deste modo estados não insulares, PEID, e outros considerados referencia a nível mundial.

---

<sup>1</sup> Segundo o orçamento geral do estado de 2019 a RDSTP contempla “uma economia ainda muito desestruturada e pouco dinâmica” (Lei n.º 07/2019. p. 3).

Numa segunda fase foram realizadas entrevistas de modo a comparar a situação atual das RDSTP com outros países da, nossa amostra.

Considerando estes pressupostos, a presente investigação procurou “expressar o mais exatamente possível aquilo que [o investigador] procura saber” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 44) com a formulação de uma pergunta de partida do problema em estudo. Desta forma, e tendo presente que o tema principal é repensar a dimensão do orçamento de Defesa de RDSTP, a pergunta de partida da investigação é: **Quais as variáveis de modelo econométrico que melhor se correlacionam com a dimensão orçamental das Forças Armadas num país Insular de pequena dimensão?**

Intimamente ligados à pergunta de partida estão os objetivos de investigação, porquanto, “os objetivos que se têm em vista definem, muitas vezes, a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado, o material a coletar” (Cervo & Bervian, 1983, p. 76).

O objetivo principal (geral) do presente estudo científico ora apresentado, visa determinar quais as variáveis a integrar em modelo econométrico que poderá otimizar a eficiência e ajustamento dos recursos alocados à Defesa. Para a compreensão deste objetivo, é importante alcançar objetivos secundários (específicos), sendo eles:

- i. Analisar a dimensão orçamental dos Gastos de Defesa da RDSTP;
- ii. Identificar os contributos das Organizações Internacionais (OI) para o reforço da Defesa Nacional (DN) enquanto potencializador de alianças estratégicas;
- iii. Comparar as características da DN da RDSTP, quando tidas em conta as condições geográficas de insularidade, área territorial e Zona Económica Exclusiva, comparativamente a países análogos.
- iv. Realizar a descrição do emprego das FASTP no âmbito da segurança interna;

Para a prossecução de tais objetivos, o presente trabalho de investigação divide-se em duas partes.

Na primeira parte, constituída pelos Capítulos 1 e 2, apresentam-se os modelos teóricos que fundamentam o trabalho de investigação desenvolvido.

No Capítulo 1 analisa-se os conceitos associados a Soberania, Segurança e Defesa, os conceitos associados ao Poder e Potencial Estratégico, a relação entre a Economia e Setor da Defesa bem como os aspetos ligados associados a insularidade pequena dimensão.

No Capítulo 2 descrevem-se as FASTP no seu contexto atual, analisando a sua estrutura e missões, o seu contexto geopolítico e socioeconómico.

A segunda parte, constituída pelos Capítulos 3 à 5, dedica-se ao caso prático do levantamento do modelo econométrico tendo em vista a comparação das PDN com base nas variáveis consideradas relevantes.

No Capítulo 3 descreve-se a metodologia usada na presente investigação científica e no Capítulo 4 apresenta-se o modelo de regressão múltipla bem como outros métodos e materiais utilizados no trabalho.

O Capítulo 5 destina-se a discussão dos resultados obtidos, realizando-se deste modo a análise das entrevistas, de modo a proceder a validação das hipóteses de investigação.

O epílogo da investigação científica materializa-se nas conclusões (Capítulo 6) que possibilitam a conclusão das perguntas desenvolvidas, constituindo o seu termo de encerramento. Sendo ainda propostas algumas recomendações e investigações futuras.

# PARTE I - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, TEÓRICO E METODOLÓGICO

## CAPÍTULO 1. CONCEITOS TEÓRICOS

### 1.1. Soberania, Segurança e O Papel da Defesa.

Até agora o que temos verificado é que existe uma forte ligação estes três conceitos. O que parece consensual é que a Defesa faz prevalecer a soberania permitindo conservar certos valores imateriais e materiais da nação - garantindo a segurança de um território. Deste modo estarão criadas as condições para uma vida calma e segura (Cepik, 2001). Para fazer face às necessidades de segurança e defesa deve ser efetuada uma avaliação (a nível estratégico) das ameaças, tendo em conta as características e os níveis da ameaça da mesma, e procurar prover recursos que possam satisfazer as necessidades, ou alcançar os níveis mais próximos possíveis. Para edificação das capacidades militares (a adquirir ou simplesmente manter), os líderes políticos e chefias militares precisam de encontrar soluções que tragam algum equilíbrio entre os níveis de ameaça, a disponibilidade de recursos e o nível de ambição do próprio país (Giegerich, Childs, & Hackertt, 2018).

#### 1.1.1. O termo Soberania

Soberania é a essência da estratégia de segurança e defesa que visa a preservação do Estado soberano e da Nação independente. A sua ideia central está ligada à existência de um poder permanente, e que ao nível interno (o próprio estado) não admite poder igual ao seu, uma vez que é o responsável máximo pelo destino do seu povo, e a nível externo não admite um poder superior (Contreiras, 2012). O poder pode aqui ser visto “como potência que se manifesta através das relações de forças no campo social” (Nascimento, 2012, p. 153).

No entanto, importa salientar que no contexto atual os estados soberanos delegam partes da sua soberania a favor de Organizações Internacionais (OI)<sup>2</sup> de que fazem parte. Deste modo as OI estão acima dos seus poderes, e possuem legitimidade para atuar na direção da sua política externa (Luz, 2008), “a um nível superior para organizações regionais

---

<sup>2</sup> Organização internacional, instituição que reúne membros de pelo menos três estados, com atividades em vários estados e cujos membros são mantidos juntos por um acordo formal. Suas estruturas organizacionais podem ser simples ou altamente complexas, dependendo do tamanho e das missões (Hewish, 2015).

supranacionais, e a um nível inferior para certas regiões com tendências autonómicas” [...] no entanto “o Estado, dito soberano, continua a ser a unidade de referência da comunidade internacional” (Barrento, 2001, p. 28).

### **1.1.2. Segurança Nacional**

O termo Segurança é muitas vezes confundido com a segurança individual, mas não se trata simplesmente disso, e perderia muito do seu significado dizendo que uma nação goza de segurança nacional na medida em que os cidadãos gozam de segurança individual (Wiberg, 1987). Neste contexto, a nação deixa de ser vista como mais do que a soma de seus cidadãos, ou seja, é atribuída uma existência própria e parece ameaçada a esse respeito. Também Cepik argumenta que “dada a irredutibilidade da segurança coletiva à segurança individual, não é possível simplesmente abandonar o conceito de Segurança Nacional” (2001, p. 1). Este termo remete-nos para uma condição de calma e equilíbrio harmonioso da natureza e do ambiente, para um sentido de proteção coletiva e individual dos membros de uma nação contra ameaças à sua sobrevivência e autonomia, podendo ser externas (agressão militar, espionagem, operações encobertas, invasão territorial e o bloqueio econômico) como também de ordem interna (apoio a ameaças externas, subversão, criminalidade, etc.). Essa natureza dual das ameaças implica algum grau de complementaridade e de integração entre a política externa de defesa e de provimento da ordem pública interna.

A visão tradicional de Segurança Nacional tem tido forte conotação Militar e territorial. Embora existam razões óbvias, estas mesmas razões podem ter menos significância, caso seja feita uma análise racional e sociológica<sup>3</sup>.

Se considerarmos as novas formas de ameaças à sobrevivência e ao desenvolvimento do homem, como é caso do COVID-19 logo entenderemos que ter umas FA robustas e poderosas não seria de todo suficiente para conter esta ameaça a Segurança Nacional. Tendo em conta que o inimigo não se encontra cá fora, a nossa própria existência, intrinsecamente comum, como seres humanos torna-se um perigo. Isto inverte a lógica tradicional da segurança baseada na proteção da vida humana contra o uma ameaça externa, para uma lógica de segurança baseada na proteção contra uma ameaça interna tal como e as doenças (Shani, 2020).

---

<sup>3</sup> Uma análise sociológica pode levar em conta aspetos mais ligados a funções económicas do território, sendo até recentemente os meios mais importantes de produção e coação (Wiberg, 1987).

### 1.1.3. O Novo Conceito

De acordo com Garcia (2006), a segurança hoje abrange diversos domínios como a política, a economia, a diplomacia, os transportes e comunicações, a educação e a cultura, a saúde, o ambiente, a ciência e a técnica, procurando fazer face a riscos e ameaças, em que a vontade e os interesses particulares dos diferentes atores se manifestam neste ambiente. O mesmo autor afirma que a “devido à mundialização, a permeabilidade das fronteiras foi ampliada” (2006, p. 340), e que o conceito de segurança nacional tornou – se mais flexível, o que impõe aos Estado Soberanos um novo tipo de entendimento da sua inserção na comunidade internacional.

De fato as OI têm desempenhado um papel relevante na promoção do pacifismo na relação entre os atores e na salvaguarda do interesse coletivo, desempenhando um papel decisório em prol da cooperação e da multilateralidade, em diversos setores tais como: económico, social, técnico, humanitário, financeiro, monetário, científico e cultural e militar.



Figura n.º 1 - Estrutura da segurança internacional após a Guerra Fria<sup>4</sup>

Fonte: adaptado de pwc (s.d)

Exemplos destas influências foi a intervenção da União Africana (UA) que enviou forças militares para apoiar o desarmamento das milícias em Burundi<sup>5</sup>, ou do Conselho de

---

<sup>4</sup>A estrutura de segurança internacional que emergiu após a Guerra Fria tem sido descrito como uma série de círculos concêntricos que integram uma coleção de vários acordos económicos e de segurança. Exemplos:

1 Integração das Forças de Defesa Sul africanas; acordos de Segurança entre Austrália e Indonésia.

2 Controlo de armamentos, alianças comerciais & económicas, ex: EU, EMU.

3 NATO, UN (PWC, s.d).

<sup>5</sup> Em dezembro de 2015, a UA deu "luz verde" a uma missão de paz de 5.000 soldados para o Burundi, para tentar pôr fim à violência no país. (DW, 2016). Cfr. <https://p.dw.com/p/1I40b>

Cooperação do Golfo (CCG)<sup>6</sup> que enviou Escudo da Península, para ajudar a restaurar a ordem em Bahrein, quando os manifestantes causaram tumultos em Kuwait (The Express Tribute, 2011), ou agora a mais recente invocação pelos Organização dos Estados Americanos (OAS), da Convenção Interamericana do Tratado de Assistência Recíproca (Tratado do Rio) para facilitar uma resposta regional à crise na Venezuela (OAS, 2019).

**Segurança Humana**<sup>7</sup> é outro conceito que ganhou relevância nas últimas décadas e trata – se da segurança do indivíduo em termos de satisfação das suas necessidades básicas [...] engloba também a criação de condições sociais, políticas, económicas, ambientais e culturais, necessárias à sobrevivência e a dignidade, a proteção e o respeito pelos direitos humanos, a boa governação e a garantia a cada indivíduo de oportunidades e opções para o seu pleno desenvolvimento (UA, 2005).

Para uma melhor compreensão das diversas abordagens ao Conceito de Segurança convidamos a consultar o Apêndice A.

#### **1.1.4. O papel da Defesa**

A missão das FA e das Forças de Segurança, no âmbito do potencial Estratégico dos Estados, está conceptualmente bem delimitada, e teorizada por pensadores militares, como Cabral Couto, na sua obra Elementos de Estratégia. Tomando como referência a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDSTP), podemos identificar as missões que revelam - se permanentes: a segurança e defesa do território nacional e dos cidadãos, cooperação militar externa, o normal funcionamento das instituições, assegurar a manutenção ou restabelecimento da paz, promovendo a democracia e o estado de direito, bem como a realização de outras missões de apoio ao desenvolvimento e bem-estar.

De acordo com Barroso (2008) as instituições militares refletem o modo de institucionalização das FA, nas bases gerais e legais. O mesmo autor salienta que para o cumprimento das missões (seja no âmbito da segurança cooperativa, da defesa coletiva ou da cooperação e assistência militar; e no apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações) é fundamental garantir que:

---

<sup>6</sup> O Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) foi estabelecido, em 1981 para fazer da luta contra as ameaças a segurança daquela região uma tarefa coletiva. (GlobalSecurity.Org, s.d).

<sup>7</sup>O termo foi introduzido pela ONU, em 1994, no relatório preparado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) sobre o desenvolvimento humano, recomendando uma transição conceptual profunda da “segurança nuclear”, logo militar, para a “segurança humana” (Escorrega, 2009).

- as FA estão organizadas em função do ambiente operacional onde atuam (mar, terra, ar);
- possuem uma estrutura hierárquica, estão disciplinadas e instruídas;
- devem ser dimensionadas em função das missões, dos recursos, dos interesses que as unidades políticas pretendem preservar e o que é razoável obter pela participação em alianças e OI.

É notável, contudo, uma tendência (bastante generalizada), dos estados para utilizar as FA para promover a política externa, tendo em vista a aproximação às tecnologias mais avançadas<sup>8</sup>, que estejam disponíveis e acessíveis, e para a profissionalização do pessoal que as constitui. Isto aconteceu porque os governos perceberam simplesmente que não podem pagar para ter uma capacidade nacional adequada em todas as áreas de defesa. Deste modo têm procurado responder de três maneiras: reduzindo o custo de manter uma indústria doméstica; envolvimento no comércio internacional de tecnologias de defesa; e formando alianças e agrupamentos de recursos com nações semelhantes (Pwc, sd). Com forte dependência da segurança nacional a segurança coletiva, os estados têm procurado alcançar níveis mínimos de interoperabilidade<sup>9</sup>, o que obriga a defesa a procurar a defesa a procurar corresponder ao conceito de flexibilização de fronteiras<sup>10</sup> (Garcia, 2006).

### 1.1.5. Homeland Security<sup>11</sup>

Hoje em dia é comum a utilização dos organismos de defesa numa lógica *homeland security*, onde os países procuram obter uma dupla função das suas FA. Ainda em 2016 na decima quarta edição do CESI@Noon<sup>12</sup>, o presidente da Organização Europeia de Associações Militares e Sindicatos<sup>13</sup> (EUROMIL), chamou atenção para a natureza ameaças atuais e para fronteira comum entre a segurança interna e segurança externa e elogiou a intervenção dos políticos em certos países europeus que durante a serie de atentados

---

<sup>8</sup> De acordo com Barrento "no nosso século, função de uma quase exponencial evolução tecnológica, aumentou-se significativamente a capacidade de movimentar, comunicar e destruir," (Barrento, 2001, pp. 20). Como exemplos destas os novos veículos aéreos não tripulados (VANT), os mísseis balísticos de grande alcance entre outros.

<sup>9</sup> Respostas coletivas exigem capacidades unificadas (Model Arabe League, 2018).

<sup>10</sup> articulando diversas integrantes, onde a característica determinante seria a inovação, a flexibilidade e a oportunidade de atuação,

<sup>11</sup> Termo americano que reforça a ideia de uma terra estável, segura e resiliente contra o terrorismo e outras ameaças a segurança nacional.

<sup>12</sup> Serie de almoços do CESI

<sup>13</sup> A EUROMIL é o principal fórum europeu para a cooperação entre associações militares profissionais tendo em vista interesses comuns (Associação de Praças, s.d).

terroristas, reagiram rapidamente empregando as suas forças armadas dentro do país para proteger os espaços públicos, as instituições públicas e apoiar a forças policiais (EUROMIL, 2016). A intervenção das FA em matéria de segurança interna demonstra ser vantajosa em situações que a falta de recurso e de pessoal possam prevalecer, na Bélgica por exemplo a lei prevê o apoio das FA em situações que o efetivo ou capacidades se revelem insuficientes (EUROMIL, 2016).

Porem para que possa haver uma atuação conjunta eficiente é necessário que haja:

- 1) uma clara especificação de áreas e tarefas em que as forças armadas possam reforçar ou desenvolver;
- 2) partilha de informação relevante;
- 3) treinos conjuntos (para reduzir as divergências no ambiente de atuação<sup>14</sup>;
- 4) comunicação efetiva<sup>15</sup>: de modo facilitar a ação das forças é necessário que as medidas sejam comunicadas de forma transparente.

---

<sup>14</sup> Na Alemanha são conduzidos treinos conjuntos entre forças policiais e militares de modo a facilitar atuação em situações de emergência.

<sup>15</sup> Um aspeto importante para o pleno funcionamento e atuação dos organismos de defesa é a opinião pública. (PwC, 2017).

## 1.2. Potencial Estratégico

### 1.2.1. Poder

A estratégia está intimamente ligada às ideias de força e poder. O poder é essencial para a prossecução da estratégia uma vez que a capacidade para agir estrategicamente é condicionada pelo poder que um estado dispõe. Exemplos de poder seriam a capacidade de um estado de projetar forças (poder militar) ou ações diplomáticas que conseguissem resultados ou ainda a capacidade para conseguir apoios para determinadas ações (Barrento, 2010). Embora o poder possa ser facilmente percebido, não significa que seja de medido facilmente.

Frequentemente os autores tentam explicar o poder de estado em termos da sua capacidade económica e militar, utilizando para tal indicadores como o PIB, os GD em % do PIB entre outros<sup>16</sup>. O problema com este tipo de medição é que, não refletem a real capacidade dos países pobres e com grandes populações, já que eles medem os valores absolutos sem deduzir o esforço que este país tem para proteger a sua própria população. Um país com uma grande população poderá produzir muito mais, e sustentar um grande Exército, mas terá também a partida uma grande fronteira para vigiar bem suportar gastos mais elevados com os militares, o que poderá por em causa a sua capacidade para projetar forças para o exterior (Beckley, 2018). Doutra modo, com o surgimento de grandes potências<sup>17</sup>, tem levado uma nova forma de pensar e avaliar a capacidade militar relativa (World Economic Forum, 2018).

De acordo com literatura, a estratégia não admite vazios de poder e quando estes existem tendem a ser preenchidos por outros estados (amigos ou aliados), mesmo que possa haver divergência de interesses (Garcia, 2015). Por exemplo se a opção de um estado for não possuir FA, este deverá procurar obter a sua defesa por outros meios, como é o caso de Islândia.

---

<sup>16</sup> A ideia é que os estados com maior quantidade de riqueza e melhores capacidades militares tendem a conseguir alcançar os seus objetivos quando comparados com países onde estes recursos económicos são escassos e as capacidades militares são mais fragilizadas (Beckley, 2018).

<sup>17</sup> Nação ou estado que devido a sua grande economia, força política e capacidade militar pode exercer grande influência na diplomacia internacional.

### 1.2.2. Potencial Estratégico

A possibilidade estratégica de um Estado depende do conjunto de forças de que este dispõe, e este conjunto de forças de natureza diversas (morais e materiais) que um Estado deve utilizar em apoio da sua estratégia é o Potencial Estratégico (Barrento, 2010). Uma análise sobre o potencial estratégico ou poder pode ser materializada através da seguinte fórmula:

$$P = fma \times d + fmo \quad (1)$$

Em que **fma** são as forças materiais (recursos humanos, efetivos militares, representações diplomáticas, meios financeiros, etc.), **d** a determinação (ligada ao saber e querer utilizar), sendo que **fma x d** constitui a capacidade de utilização das forças materiais e por fim **fmo** que representa as forças morais (capacidade de direção política, liderança, capacidade de organização, coesão nacional, etc.).

Uma vez que o **P** alberga valores imateriais (como o patriotismo e a vontade), a sua medição torna-se difícil. Esta dificuldade deve-se em grande parte pelo fato das forças morais serem de difícil avaliação e dependerem das circunstâncias como a noção do perigo, os traumas, a maior ou menor convergência para a ação. Alguns autores adicionam ainda a este potencial o poder que advém de fontes externas e alianças formais e informais, porém importa referir que o estudo sobre potencial estratégico deve abranger elementos de ordem geográfica, histórica e estrutural devendo ainda considerar os aspetos dinâmicos como a taxa de natalidade, evolução da emigração, PIB., desemprego, capacidade tecnológica, etc. (Barrento, 2010).

### 1.2.3. Smart Defence Iniciações

É notável o surgimento de medidas comunitárias para o fortalecimento da segurança. Nesta vertente surge o conceito de *Smart Defence* no âmbito dos países integrantes da NATO, cujo objetivo principal é de encorajar os estados membros a cooperarem no desenvolvimento, aquisição e manutenção de capacidades militares para fortalecer o conceito estratégico da aliança. Dentro da NATO este conceito visa unificar as capacidades, promover a partilha dos recursos e definindo e coordenando os esforços para uma melhor atuação, eliminando a duplicação de através da edificação de capacidades integradas (Maio, 2013; Nato, s.d).

O Conselho de Cooperação do Golfo<sup>18</sup> (GCC) é outro exemplo de como esta lógica pode ser aplicada. Em uma série de reuniões, chefes de Estado-Maior e ministros da Defesa dos Estados do GCC desenvolveram planos de defesa mútua e lançaram esforços para formar um comando conjunto e uma rede de defesa conjunta comum através da coordenação de suas políticas e mobilização de suas capacidades (Pasha, 2012). Num esforço de alcançar a compatibilidade das suas FA, os estados possuem procedimentos operacionais, treinamento e currículos militares unificados, e conduzem exercícios conjuntos com a *Península Shield Force*

### **1.3. Economia e Defesa**

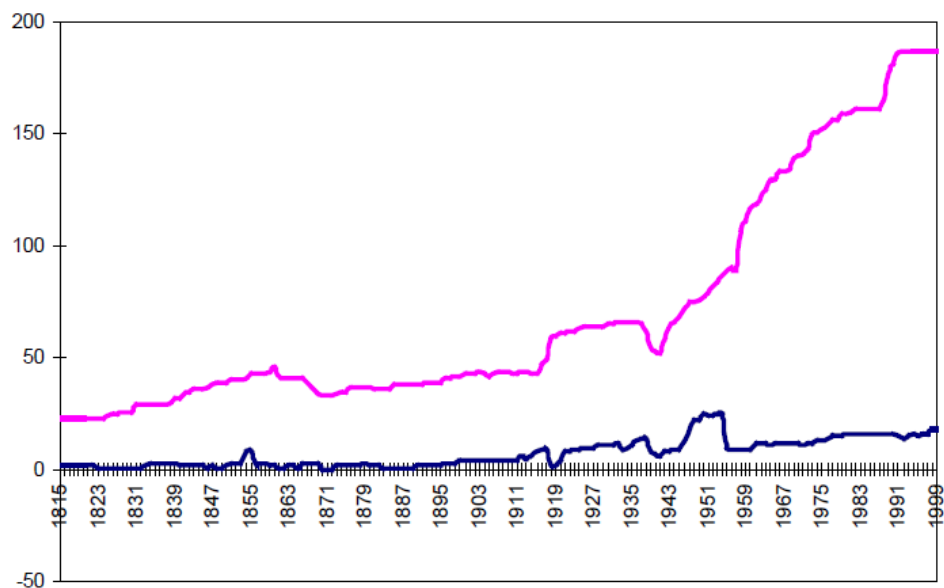
#### **1.3.1. Uma abordagem histórica**

Com o passar do tempo a ocorrência das guerras interestaduais caiu drasticamente. Essa diminuição significativa na frequência das guerras está relacionada com um aumento substancial do número de alianças militares por país e na estabilidade dessas alianças. Uma possível explicação para isso foi a expansão do comércio internacional que acompanhou o período precedente a queda do muro de Berlim (Attinà, 2005). O aumento do comércio internacional diminuiu os incentivos dos países para atacar uns aos outros e aumentou seus incentivos para se defenderem mutuamente, levando a uma rede estável e pacífica de alianças militares e comerciais<sup>19</sup> (Jackson, & Nei, 2015). O gráfico abaixo ilustra bem essa evolução.

---

<sup>18</sup> Foi estabelecido, em 1981 através de um acordo entre: Bahrain, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, tendo em conta as suas relações especiais e objetivos comuns.

<sup>19</sup> Como exemplo temos a CCG que é um mercado comum regional, com um conselho de planeamento de defesa. A proximidade geográfica desses países e sua adoção geral de políticas económicas de livre comércio são fatores que os incentivaram a estabelecer o CCG.

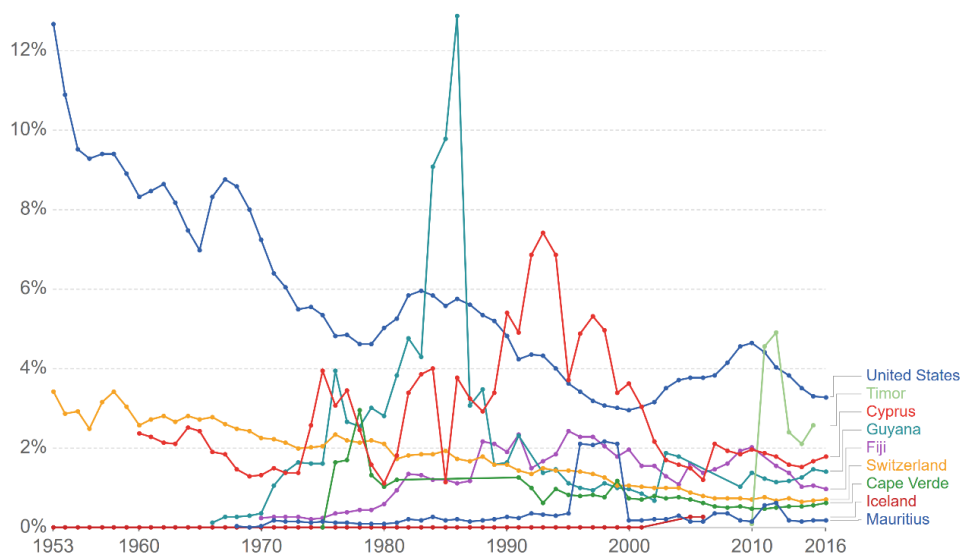


**Figura n.º 2 - Número de estados e alianças de defesa 1815 - 1999**

Fonte: adaptado de Attinà (2005).

Estes fatos conduziram a uma redução acentuada dos Gastos com a Defesa (GD). Após o período que sucedeu a segunda grande guerra, os GD caíram drasticamente, isto porque os novos tipo de guerra levou a um afastar dos grandes exércitos e arsenais de armas tradicionais para novos sistemas cada vez mais inovadores, promovendo a rápida mobilização, implantação no campo de batalha (pwc, s.d).

No gráfico abaixo é possível verificar a sua redução em termos relativos, nos tempos posteriores à segunda grande guerra.



**Figura n.º 3 - Evolução dos Gastos com Despesas em % PIB;**

**Fonte: adaptado de Roser & Nagdy (2020).**

Depois do ataque às torres gémeas (11/09) e o fim da guerra do golfo foram adotadas novas políticas de segurança e defesa. Os conflitos em diferentes regiões do mundo (Kosovo, Macedónia, Serra Leoa, Timor-Leste, Afeganistão, República Democrática do Congo, Iraque) e o aumento do terrorismo internacional passaram a ser fatores determinantes para as políticas de segurança internacional (PWC, s.d).

### 1.3.2. Esforços para Profissionalização

Os GD estão a ser ajustados tendo como foco estruturas de força mais flexíveis, responsivas e móveis, com cada vez mais foco na logística e no suporte ao ciclo de vida (pwc, 2017). Além disso, a forte pressão sobre os fundos públicos e o aumento dos compromissos do estado como a segurança social e saúde conduziram a utilização de novos métodos para desenvolver, adquirir, financiar e apoiar as estruturas de defesa e os novos sistema de armas, incluindo um esforço para utilização de tecnologias mais baratas disponíveis no mercado, sempre que possível<sup>20</sup> (Julian, Lucy, & Farr, 2011).

Outro aspeto também saliente é que os exércitos estão cada vez menores em relação a população civil, e a tendência mantém-se quando comparados com a percentagem da população economicamente ativa (Roser, & Nagdy 2020). É notável que nos países mais

---

<sup>20</sup> *Commercial off-the-shelf* ou *commercially available off-the-shelf* (COTS) é um termo utilizado para pacotes de soluções em podem ser adaptadas para atender às necessidades da organização compradora (Gansler, & Lucyshyn, 2008).

desenvolvidos existe uma certa tendência para a profissionalização e especialização das FA, já que “um sistema de forças de dimensão mais reduzida, tecnologicamente mais desenvolvido e adaptável, quer na sua integração em forças multinacionais, quer na sua capacidade de tradução e adaptação aos contextos em que é chamado a intervir, implica necessariamente umas FA compostas de efetivos altamente preparados e totalmente profissionais na sua ação” (Cardoso *et all*, 2009).

Ao longo dos tempos muitos países resolveram por fim ao serviço militar obrigatório (SMO), alegando a falta de sustentabilidade económica em manter grandes exércitos e as condições pouco favoráveis dos militares (salários baixos, falta de profissionalismo, etc.) em certos países (Draper, & Sripokangkul, 2017). Embora países desenvolvidos como Portugal tenham implementado o Regime de Contrato e regime de Voluntariado RC/RV, estudos sugerem que “características instrumentais pouco atrativas tais como baixo vencimento condições e carga de trabalho muito pesadas e a perceção de outras alternativas de emprego mais vantajosas” (Rijo, Marreiros, Mairros, & Paquete (2018), são os principais fatores que contribuem para a elevada taxa de *turnover*<sup>21</sup> dentro das FA portuguesas.

Um dos principais argumentos para implementação do SMO em certos países tem haver com possibilidade de conservar uma boa parte da população em condições de desempenhar funções de natureza militar em caso de emergência, porem, possuir uma reserva capacitada implica um conjunto de medidas que possam promover a manutenção do capital humano, como o seu treinamento e pensões para o caso de vir a ser empregada. Exemplos disso é o caso da Suíça que ao longo da sua história tem implementado um sistema que incentiva a conservação da boa forma física da população entre os 20 e 50 anos de idade (Wanders, 2020)<sup>22</sup>.

### **1.3.3. Dimensão Orçamental da Defesa**

Diversos atores verificaram que é especialmente em tempos de crise que é demandado que se reduzam os gastos do estado, em certas áreas como a da defesa. Em Espanha por exemplo de 2008 a 2011, verificou-se uma redução de 0.16%, nos gastos com

---

<sup>21</sup> Situação em que ocorre um elevado abandono dos postos de trabalho e as empresas a procurar novos substitutos.

<sup>22</sup> Na Suíça aqueles que prestavam o SMO eram obrigados a frequentar cursos de repetição até aos 44 anos de idade, só a partir de 1996 foi introduzida a alternativa do Serviço Civil que em termos pratico equivaliam à outras formas de servir a nação (Tognina, 2019).

defesa em % do PIB, e um aumento de 0.39% e 0.41% na área da educação e da saúde respectivamente (García, Murillo, Suriñach & Vayá, 2016).

Conforme Mata (2013) em contextos de grandes dificuldades económico-financeiras e a escassez dos recursos disponíveis trás a luz do dia discussões sobre as funções do estado e consequentemente a questão da sustentabilidade das FA. No seu estudo verificou um fracasso de Portugal na tentativa de aproximação do peso da defesa no PIB aos valores praticados na Nato, notando também um evidente decréscimo em termos reais (15% entre 2004 - 2012). De acordo com Marques “desenvolvimento económico é um fator importante na determinação do tipo e intensidade do esforço de defesa e do nível de segurança alcançado” (1985 p. 107) e que “a segurança, para ter uma capacidade de sustentação mínima, requer a existência de um processo de desenvolvimento, que é a sua fonte de alimentação em recursos e também um fator de estabilidade e reforço da identidade nacional” (1985, p. 108) .

Contudo é possível observar em certos países reforços financeiros. No ano 2018 o Presidente da República Francesa declarou muito claramente sua ambição pelas FA francesas, ou seja, seu necessário aumento do poder, aumentando os gastos de defesa nacional para 2% do PIB até 2025. O mesmo declarou que não há soldados fortes sem famílias felizes, por isso introduziu no orçamento de estado de 2018 um conjunto de medidas com vista a melhorar o apoio aos soldados e suas famílias por meio do Plano de Ação da Família - “Plan Famille” - e aumentar o apoio e às condições para os militares franceses (Ministère des Armées 2018).

#### **1.3.4. Os Gastos com a Defesa e os golpes de estado**

Diversos estudos apontam uma forte ralação entre os golpes de estado e GD. Leon (2012) na sua investigação demonstrou essa ligação constatando que os golpes de estado ocorrem mais frequentemente em países onde os GD são mais baixos em relação à média de outros países. O mesmo ator ainda refere que os golpes em regimes não democráticos ocorrem maioritariamente, devido a vontade por parte dos militares em aumentar os GD, quando comparado com países democráticos.

Numa análise de regressão Kawaura (2018) demonstrou que a ocorrência de golpes de estado deve-se sobretudo a alterações drásticas no orçamento das formas armadas tailandesas. Os resultados demonstram que a após a ocorrência dos mesmos verificou-se

aumento significativos no orçamento das Defesa quando comparada com outros setores do estado.

#### **1.4. A Insularidade e a Pequena Dimensão**

A natureza insular dos países permite eliminar o efeito de fronteira, e de ameaça física. As ameaças físicas de um país de natureza insular serão diferentes das ameaças a um país com fronteiras terrestres. Um país de natureza insular terá, à partida, menores ameaças tradicionais que um país rodeado por outros países (Espínola, & Cravidão, 2014). Para fazer face as capacidades reduzidas (económicas e militares) os pequenos estados vêm-se apoiados nas OI e estados vizinhos, tomando como exemplo a estratégia dos países integrantes da *Commonwealth*, onde um conjunto de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas procuram através da partilha de uma estratégia comum reforçar a segurança, proteção e entre ajuda entre os estados (Hewish, 2015). Outro exemplo é o caso da Islândia que pela sua especificidade, não tem FA, garantindo a sua defesa e segurança por outros meios nomeadamente através da participação na NATO, e dos acordos bilaterais de defesa com os EUA (Ministry for Foreign Affairs, s.d).

Os estados situados na região das Caraíbas são um exemplo de como os pequenos estados insulares podem recorrer a políticas de segurança comum de modo conseguir através da coordenação de esforços tirar partido da sua posição geográfica. Considerando a alta probabilidade que pequenos estados (especialmente de natureza insular) têm de ser assolados por catástrofes<sup>23</sup>, os estados desta região procuram partilhar responsabilidades no âmbito da segurança marítima de modo a rentabilizar os esforços das suas FA. A Cooperação no domínio da defesa da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) tem crescido constantemente desde 2006, em áreas como segurança marítima, contraterrorismo, operações de manutenção da paz, assistência humanitária e assistência contra catástrofes ambientais, medicina, militar e indústria de defesa. Ao promover medidas de fortalecimento da confiança, o ASEAN Defence Ministers' Meeting (ADMM) também adotou as Diretrizes para Encontros Militares Aéreos e as Diretrizes para Interações Marítimas (ASEAN.org).

Pequenos estados diferem dos maiores em muitos aspetos que influenciam suas decisões de política de segurança e capacidade de alcançar resultados favoráveis na política externa. Além disso, sua liberdade de ação depende do geopolítica, condições domésticas,

---

<sup>23</sup> Como o caso do furacão Irma que atingiu as Caraíbas em setembro de 2017 (tvi24, 2017).

desenvolvimento econômico, participação em organizações internacionais e até mesmo a coesão social (Vaicekauskaitė, 2017). Dentro das possibilidades de emprego dos meios importa lembrar que as que o potencial de um estado dependera sempre da forma que este emprega os recursos que tem a sua disposição.

A Suíça apesar da sua pequena dimensão foi sempre considerada como um modelo para muitos estados, por possuir uma estrutura militar eficiente e adequada as suas necessidades. A coordenação entre a sua milícia organizada e a coordenação com as autoridades civis veio demonstrar a sua eficácia em resposta rápida ao Covid-19, considerada uma medida excepcional e a sua maior mobilização desde a segunda guerra mundial (Bradley, 2020). Os membros das FA suíças foram empenhados para apoiar os sistemas de saúde, em áreas como a logística (desinfestação de camas, cozinha, lavanderia e limpeza), transporte, segurança, controle e monitoramento dos sistemas de saúde.

## CAPÍTULO 2. AS FASTP NO CONTEXTO ATUAL

### 2.1. Estrutura e missões

As forças militares existentes em São Tomé e Príncipe estão subdivididas em dois grupos: o Exército e a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GCSTP)<sup>24</sup>. Segundo a Central Intelligence Agency (CIA, s.d), o exército de São Tomé e Príncipe é caracterizado é uma força de tamanho reduzido, enfrentando ainda algumas limitações em termos de recursos materiais gerando assim uma condição de impotência caso tivesse que operar isolada. O armamento ainda que considerado simples de operar e manter pode exigir a sua renovação ou substituição dentro de 25 anos.

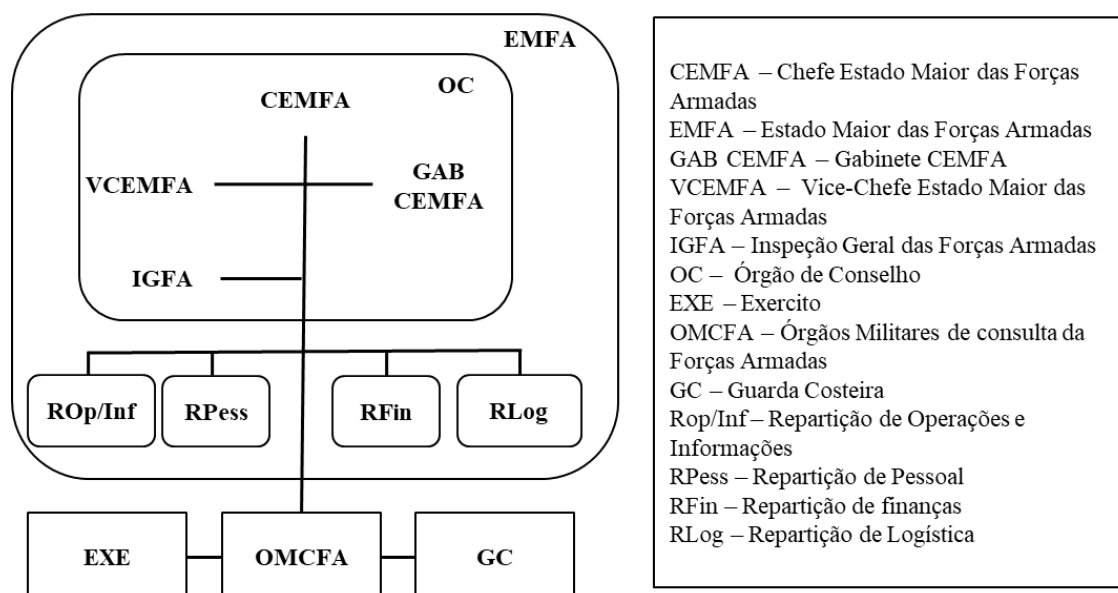


Figura n.º 4 - Estrutura das FASTP;

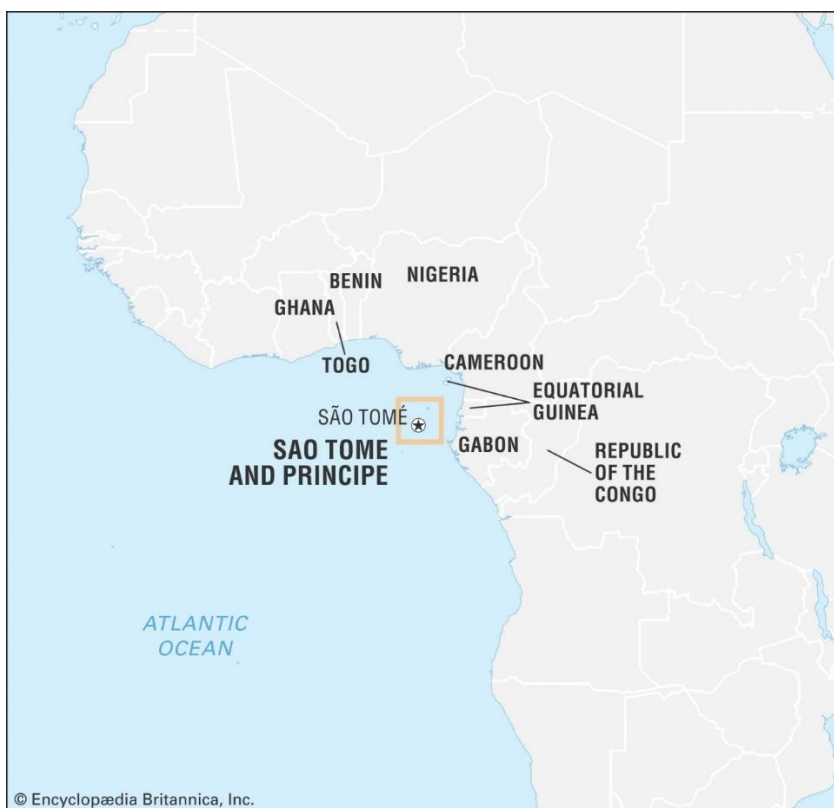
Fonte: Elaboração própria

As FASTP albergam de um modo genérico aquelas que são as missões tradicionais das FA de qualquer país das quais aparecem espelhadas na PDN no ser Art.º 19 (Missões das Forças Armadas): assegurar a defesa contra qualquer ameaça ou agressão interna e externa bem como desempenhar outras missões de interesse geral do estado ou colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações (ANSTP, 2019).

<sup>24</sup> Decreto-Lei 9 de 17 de maio de 2012.

## 2.2. Contexto Geopolítico

As ilhas de STP ocupam 1001 km<sup>2</sup> em pleno Golfo da Guiné<sup>25</sup>, na região da África Central, a norte do Equador, totalizando cerca de 209 km de costa<sup>26</sup> (INE, 2018). Possui igualmente uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) bastante considerável de cerca “com cerca de 160.000 km<sup>2</sup>, que correspondem a cerca de 160 vezes da sua área terrestre.”, não possuindo fronteiras terrestres, os países mais próximos são a Guiné Equatorial, a 180 km a sudoeste (ilha de Annobón), o Gabão, os Camarões e a Nigéria.



**Figura n.º 5 - Posição Geográfica da RDSTP;**

**Fonte: adaptado de Enciclopédia britânica (s.d)**

De acordo com o Artº 12 da CRSTP (ANRSTP, 2003), a participação de STP em OI é um fator fulcral para a promoção da segurança e da paz. Atualmente a RDSTP tem procurado através da multilateralidade alcançar melhores condições para as FA. No âmbito da Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), por exemplo as FASTP tem conseguido uma melhor capacitação dos seus recursos humanos. Como exemplo temos os

---

<sup>25</sup> Região onde a pirataria marítima aumentou consideravelmente (50%) no ano de 2019, e também onde os incidentes da de pirataria marítima representam 74% das ações registadas em todo o mundo segundo o Bureau Internacional Marítimo (Veiga, 2020).

<sup>26</sup> Agenda de Transformação no Horizonte 2030 (Governo de São Tomé e Príncipe, 2015).

apoios recebidos de Portugal e Brasil no âmbito da formação do pessoal das FASTP. Recentemente STP acolheu militares da CPLP durante a fase de planeamento do exercício FELINO 2018/2019 cujo objetivo primordial é a preparação de uma força tarefa combinada com capacidade para intervir em missões de apoio a paz sob a égide da ONU (Neto & Sacramento, 2018). Ainda assim importa referir reabertura<sup>27</sup> de acordos bilaterais como o caso da China, que tem apoiado a STP a nível de formação bem como ajudas a nível de financeiro para a manutenção de infraestruturas<sup>28</sup>.

No âmbito da ONU importa referir a adoção do Pacto de Não Agressão pelo Comité Consultivo Permanente da ONU para questões de segurança na África Central<sup>29</sup>, do qual sucedeu a criação do Conselho Consultivo para a paz e segurança na África Central. No âmbito da Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC) STP disponibilizou-se para integrar a Força Multinacional da África Central, força esta que devera contar com 4800 militares dos estados membros, e ainda integrar a Força de Intervenção Rápida<sup>30</sup> da CEEAC (Almeida, 2017). Ainda no âmbito regional STP integra a Comissão do Golfo da Guiné, uma organização que prescreve um quadro politico-estratégico inovador destinado a potenciar a segurança marítima naquela região e reduzir os conflitos de delimitação de fronteiras e de exploração de recursos marítimos (Almeida & Bernardino, 2013).

Também importa referir a participação de STP no *Obangame Express*, exercício levado a cabo pelo *United States Africa Command* tendo em vista a avaliação e o melhoramento das capacidades para a aplicação das leis marítimas no Golfo da Guiné<sup>31</sup>.

### 2.3. Contexto Socioeconómico

A RDSTP é um microestado, com um posicionamento geoestratégico no crescentemente relevante Golfo da Guiné. A sua insularidade e pequena dimensão conferem-lhe condições especiais. O país tem apresentado níveis considerados saudáveis de segurança

---

<sup>27</sup> “Desde 1997 que a China restringiu as suas relações com São Tomé e Príncipe, como represália pelo facto do país ter reconhecido Taiwan como Estado soberano” (Veiga, 2013).

<sup>28</sup> Segundo o Tenente Guimarães (oficial das FASTP).

<sup>29</sup> Ratificado por Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Guiné-Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe em 09 de setembro de 1994 (Centro Studi Sul Federalismo, s.d.)

<sup>30</sup> A principal missão desta força é de assegurar a paz na região sob mandado da UA em coordenação com a ONU.

<sup>31</sup> Iniciativa que procura otimizar o envolvimento dos estados signatários do Código de Conduta Yaoundé, através da implementação de uma estratégia regional para a segurança marítima na África Central e Ocidental (United States Africa Command, 2017).

e paz, sendo que os acontecimentos mais desestabilizadores desde a proclamação da independência em 1975 foram as tentativas de golpes de estado em 1995, 1998, 2003, e 2009. O país é marcado por um ambiente calmo e o seu reconhecido “leve-leve<sup>32</sup>”. O salário é relativamente baixo causando algum desconforto por parte daqueles que servem. No passado o nepotismo na promoção dos oficiais foram dos maiores problemas do passado, o que se veio refletir nos golpes de 1995 e 2003. Algumas das dificuldades têm vindo a ser supridas com o apoio externos no sentido de inovar e direcionar o foco para a atualidade nos assuntos de defesa.

A frágil economia<sup>33</sup> do país associada à fortes restrições orçamentais têm marcado a estrutura da instituição impedindo a sua modernização e desenvolvimento. Embora pareça significativa a percentagem dos GD em relação as Despesas do Estado, o grosso destas representa as despesas com o pessoal. A nível de investimentos temos o cenário é marcado pela baixa taxa de realização do programa de investimentos públicos (PIP) e o pouco que é conseguido vem de fundos externos, como ofertas e doações dos países amigos<sup>34</sup>.



**Figura n.º 6 - Despesas da com a Defesa em função das despesas públicas;**

**Fonte: Elaboração própria**

“<sup>32</sup> É assim que se vive em São Tomé e Príncipe: "leve-leve". Em São Tomé Príncipe não há lugar para o stress ou para preocupações. São Tomé e Príncipe é o destino ideal para relaxar e apreciar o momento ao mesmo tempo que aprecia a sua beleza natural.” Cfr <https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-mundo/artigos/a-vida-leve-leve-em-sao-tome>, acedido a 29/01/2019 às 18:01

<sup>33</sup> O país é altamente vulnerável aos choques externos, dada as suas características enquanto um PEID.

<sup>34</sup> Informação obtida através da análise do OGE entre 2010 e 2019.

Apesar de algumas intervenções públicas e constatações sociais<sup>35</sup>, a nível interno poucas ações têm sido levadas á cabo para promover a sua modernização, e o pouco que é conseguido vem de ofertas e donativos dos parceiros políticos<sup>36</sup> (EUA, Portugal, China, Angola, Gabão, etc.). Das mais recentes podemos constatar, ainda no ano passado o aumento de salário dos integrantes da carreira militar das forças de defesa e segurança, devido a implementação do regime privado para o quadro de pessoal de alguns setores da Administração Central do Estado<sup>37</sup>. A nível estrutural, ocorreu em 2012, a separação dos ramos, levando a criação da guarda costeira como ramo independente<sup>38</sup>.

Em ocasião do dia 6 de setembro de 2019, dia dos militares são-tomenses, o Presidente da República Evaristo Carvalho fez menção a necessidade de modernização das FASTP, salientando que medidas como a reorganização para responder as necessidades atuais e as exigências do país deveriam ser consideradas pelo governo, a luz dos avanços tecnológicos e do fenómeno da globalização (Neto, 2020).

---

<sup>35</sup> Como a que ocorreu em 2008 quando o engenheiro Danilo Salvaterra defendeu abolição das Forças Armadas, afirmando que a guerra hoje faz-se com tecnologia ao qual o Tenente Coronel Marçal (diretor da PDN na altura), respondeu afirmando que “na abordagem moderna, quando falamos da Segurança Nacional, integramos todas as capacidades internas, humanas, materiais, físicas, envolvendo como é natural a policial e militar, na lógica da *homeland security*” (Marçal, 2008).

<sup>36</sup> No ano passado por exemplo Portugal ofereceu um lote contendo 500 peças de fardamento as FASTP (Marques, 2019).

<sup>37</sup> De acordo a proposta de lei nº 27/XI/1.ª/19 - Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019.

<sup>38</sup> Decreto-lei 9/2012. Orgânica das FASTP.

## CAPÍTULO 3. METODOLOGIA

### 3.1. Metodologia

Segundo Sarmento “a metodologia visa a descrição precisa do problema, dos métodos, das técnicas, dos instrumentos de pesquisa, dos materiais e dos equipamentos utilizados no trabalho” (2013, p. 208). Segundo a mesma autora, a metodologia científica significa “o estudo do método aplicado à ciência”, sendo o método científico “o conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento” em que este poderá ser completamente novo ou resultar da reunião ou de aperfeiçoamento de conhecimentos já existentes (pp. 4-7).

A metodologia aqui empregue resulta da combinação de diversas técnicas procedimentos e matérias, tendo em conta a problemática, para construção do modelo de análise, visando orientar e aferir os métodos que “constituem um conjunto de técnicas que determinam o sentido orientador de uma investigação” (Rosado, 2015, p. 77). Assim sendo, a metodologia adotada pode ser ilustrada na seguinte figura:

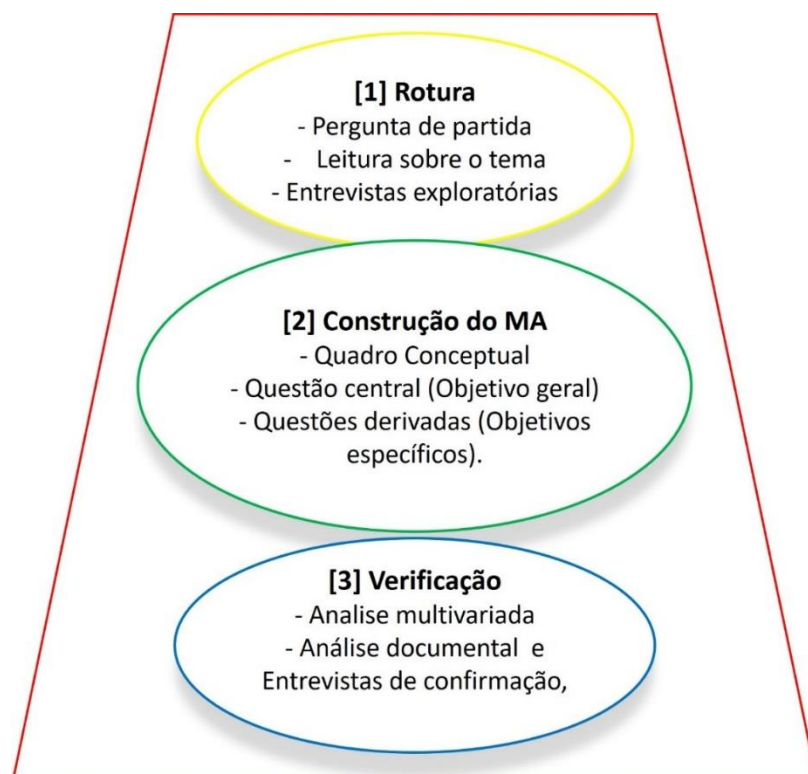


Figura n.º 7 - Fases do procedimento científico

Fonte: Elaboração própria

Na rotura a intenção é de romper com os ideias preconcebidas (falsas evidencias), deste modo colocou-se a pergunta de partida que serviu essencialmente de primeiro fio condutor para a investigação (Quivy, & Campenhout, 2013). As entrevistas exploratórias (não documentadas) serviram para obter *insights* através de especialistas militares, e entidades com alguma maturidade nesta área de estudo<sup>39</sup>. Sucessivamente procedeu-se a elaboração do quadro conceptual que por sua vez permitiu reformular a pergunta de partida, ressurgindo desta vez como Questão central. Deste modo encontra-se concebida a problemática que, segundo Quivy e Campenhout (2013) deve ser sempre concebida na forma interrogativa. Esta problemática constitui o problema ao qual se pretende dar resposta, sendo materializada por um objetivo geral e outros objetivos específicos.

### **3.2. Delimitação da Abordagem**

Um aspeto importante do nosso estudo consiste em saber delimitar o assunto a investigar no espaço e no tempo, para que a sua extensão e complexidade não interrompam a profundidade do tema. “Delimitar o assunto é seleccionar um tópico ou parte a ser focalizada” (Cervo e Bervian, 1983, p. 75).

Tendo presente que as características mencionadas anteriormente da RDSTP o Estudo de Caso dá-se nos Gastos da Defesa da RDSTP.

Tratando-se de uma investigação que decorre num período de sucessivas mudanças, procuramos identificar através de Benchmarking aquilo que são as boas praticas a nível da Defesa e Segurança bem como as carências do estado São-tomense.

A abordagem ao estudo da Defesa e Segurança da RDSTP incidiu em áreas específicas, nomeadamente: Nível de financiamento das FASTP, os benefícios da multilateralidade, adaptação das FASTP face as condições de Insularidade e pequena dimensão e integração das FASTP no âmbito da segurança interna e externa.

### **3.3. Questão Central e perguntas derivadas**

A pertinência da formulação de Perguntas Derivadas (PD) fundamenta-se no facto destas se caracterizarem por apresentar um “âmbito mais restrito que a Pergunta de Partida, ajudando a circunscrever, dentro da área definida pela pergunta de partida, aquilo que são os

---

<sup>39</sup> A seleção dos entrevistados foi feita, tendo em conta a leitura sobre o tema procurando e serviu para esclarecer a opinião de certos autores sobre tema aqui abordado.

setores respetivos onde o investigador incidirá o seu esforço, muito ligados naturalmente aos objetivos da investigação” (Rosado, 2015, p. 79).

Em face do exposto e tendo em consideração a Pergunta de Partida formulada: “Quais as variáveis de modelo econométrico que melhor se correlacionam com a dimensão orçamental das Forças Armadas num país Insular de pequena dimensão?” as PD que desta surgem são:

**PD1:** O nível de financiamento das FASTP encontrasse ajustado quando consideradas as necessidades atuais?

**PD2:** Quais são os contributos das OI para o reforço da DN enquanto potencializador de alianças estratégicas?

**PD3:** Tidas em conta as condições geográficas de insularidade, área territorial e Zona Económica Exclusiva, as características da DN de STP, encontram ajustadas comparativamente a países análogos?

**PD4:** Como se caracteriza o emprego das FASTP no âmbito da segurança interna?

### 3.4. Modelo de análise

Para a responder ao problema investigação o trabalho foi dividido em várias etapas, o que pode ser observado no seguinte modelo de análise:

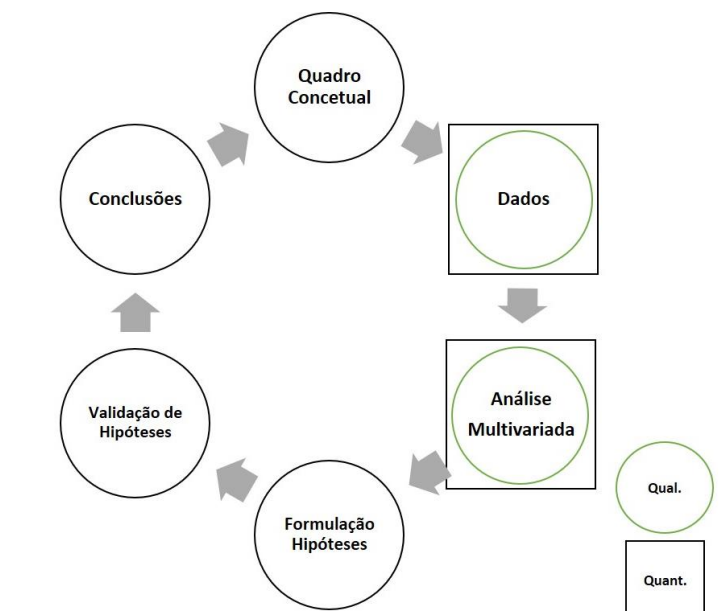


Figura n.º 8 – Modelo de Análise

Fonte: Adaptado de Instituto Universitário Militar (IUM, 2016)

Para a construção do presente modelo optou-se por uma abordagem mista, sendo uma abordagem que combina duas estratégias (quantitativa e qualitativa). Este modelo é aqui empregado numa lógica de triangulação (*triangulation*), “procurando-se através da combinação das duas abordagens recolher e analisar os dados, de modo a que haja convergência de resultados” (IUM, 2016, p.33) e integralidade (*completeness*), “nas situações em que o investigador recorre a ambas as estratégias de modo a apreender o seu objeto de estudo de forma de uma forma mais abrangente” (IUM, 2016, p.33). A construção do modelo é um fator fundamental já que este serviu de suporte a toda investigação.

Quanto ao método científico optou-se pelo hipotético-dedutivo ou também conhecido como método de verificação de hipóteses<sup>40</sup> (Rosado, 2015). As formulações das hipóteses decorreram das conclusões extraídas da análise multivariada e análise documental, e para validação das mesmas recorremos às entrevistas semiestruturadas<sup>41</sup> à oficiais das FASTP (um superior e subalterno), um comissário da PNSTP, e um economista de carreira.

### 3.5. Hipóteses de Investigação

Tendo em conta o caso específico deste TIA que é o de “comparar a informação obtida com as características da RDSTP afim de identificar demandas para a PDN”, foram formuladas as seguintes hipóteses à serem averiguadas:

- **H1:** As FASTP carecem de financiamento adequado ao para o sua sustentação e desenvolvimento;
- **H2:** Devido a pequena dimensão a RDSTP vê-se constringida à nível político económico. Logo as OI e as cooperações bilaterais desempenham um papel fundamental na garantia de segurança e defesa do estado.
- **H3:** A insularidade, torna pertinente a necessidade de adaptar ou reestruturar as FASTP no sentido de conseguir uma melhor adequação as características do país.
- **H4:** Uma cooperação solida entre as FASTP e as forças e serviços de segurança (FSS) constituirá uma mais valia para a segurança de e defesa.

---

<sup>40</sup> As hipóteses podem ser vistas como uma predição de resultados esperados (Fortin, 2009).

<sup>41</sup> Neste tipo de entrevista já existe um conjunto de tópicos ou de questões que o autor pretende abordar.

## CAPÍTULO 4. MÉTODOS E MATERIAS

### 4.1. Tipo de estudo

O tipo de estudo faz referência ao molde de abordagem do problema de investigação, que neste caso concreto é um estudo de caso. Neste tipo de estudo procura-se através de uma “investigação aprofundada de um indivíduo, de uma família, de um grupo ou de uma organização (...), explicar relações de causalidade entre a evolução de um fenómeno e uma intervenção” (Fortin, 2009, p. 164). Deste modo o estudo deve centrar-se na obtenção de dados relevantes, procurando sempre entender o objeto de análise no seu contexto real. De modo a complementar o desenho de pesquisa foram utilizados outros métodos de análise dos quais importa salientar os seguintes: Método comparativo, já que procura analisar e comparar determinados aspetos de um grupo (pequenos estados insulares), para uma determinada situação (despesas com a defesa) e método histórico, uma vez que se procura através da análise de instituições e ocorrências do passado (formação, desenvolvimento e constituição) de modo a tecer considerações sobre as influências na sociedade.

### 4.2. Amostra

De acordo com Morais (2012), a constituição da nossa amostra é do modelo não probabilístico intencional ou por acerto. Este tipo de amostra é constituído a partir das intenções ou necessidades do investigador para estudar uma situação particular, baseiam-se em opiniões de uma ou mais pessoas que conhecem características específicas que se pretendem analisar da população em estudo. Deste modo foram recolhidos dados de 24 países. A seleção foi feita tendo em conta a disponibilidade de dados, mas aqui importa referir que excluimos da nossa amostra, estados e territórios dependentes<sup>42</sup>. Procurou-se também diversificar a lista de regiões do globo de modo a contribuir para uma maior diversidade e abrangência no estudo, ficando o tamanho da população como o único critério delimitador.

Para que não houvesse divergência foi importante respeitar as propriedades, exaustividade: (possibilidade de representar todos dados possíveis) e exclusividade (coerência relativamente a apresentação dos dados).

---

<sup>42</sup> Como por exemplo: Andora, São Martinho, Bermuda, Curaçao, etc.

### 4.3. Instrumentos

Os instrumentos utilizados no presente trabalho foram aqueles que consideramos respeitar os princípios do conhecimento científico<sup>43</sup>. Procurando transmitir o conhecimento com máximo rigor, foram empregadas os seguintes instrumentos:

- a. Análise de documentos oficiais e diplomas legais, manuais e obras de referências;
- b. Entrevistas exploratórias a oficiais superiores das FASTP e do exército português de forma a aprofundar a visão do autor;
- c. Análise de regressão com recurso pacote de análise de dados do Microsoft Excel;
- d. Entrevistas semiestruturadas<sup>44</sup> à oficiais da FASTP e da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe (PNSTP) e ainda entrevista à um economista são-tomense;

As perguntas são objetivas, não contêm questões pessoais, não sugerem respostas e apenas possibilitam uma única interpretação. Houve a preocupação de conter uma introdução que informasse os inquiridos sobre o objetivo e importância das respostas.

Os entrevistas foram realizadas entre o mês de abril e maio de 2020.

### 4.4. Procedimentos: definição das variáveis

Considerando que qualquer fenómeno tem muitas determinantes e se quisermos compreender qualquer fenómeno complexo psicológico, sociológico ou educacional devemos frequentemente abordar o problema de forma multivariada (Kerlinger, 1980).

Nesta investigação aplicada, aplicamos regressão múltipla para prever os Gastos da Defesa (gdef) em pequenos Estados de natureza insular - variável dependente, tomando como referência as seguintes variáveis explicativas: PIB per capita (pibcap), Número de militares em missões (mmiss), Alianças estratégicas (alie) e zona económica exclusiva (zee); e variáveis qualitativa (denominadas em econometria como dummies): insularidade [insul] e período de paz [pp], sendo que esta foi dividida em três variáveis: paz instável (pins), paz moderada (pmod) e paz estável (pest).

As variáveis selecionadas para o estudo surgiram a partir da leitura e interpretação modelo de Potencial Estratégico do General Cabral Couto<sup>45</sup> (seleccionando as variáveis que consideramos relevantes para o estudo e que pudessem ser quantificadas).

---

<sup>43</sup> Ver apêndice B.

<sup>44</sup> Neste tipo de entrevista já existe um conjunto de tópicos ou de questões que o autor pretende abordar (Sarmiento, 2013).

<sup>45</sup> Ver apêndice C.

A abordagem mista empregue permitiu observar o problema de forma holística e multidisciplinar. A multidisciplinaridade foi um fator essencial uma vez que permitiu reconhecer conceitos relevantes para a validação das hipóteses.

A análise quantitativa aliada à visão qualitativa permitiu conduzir a investigação correlacional (relacionar efeitos de variáveis, apreciar interações e diferenciar grupos). Assim procuramos através de informação quantitativa, obtida através da análise de casos análogos, identificar pressupostos que poderiam influenciar o orçamento para a Defesa e Segurança de um pequeno país de natureza insular.

#### **4.5. Variáveis**

##### **4.5.1. Gastos com Defesa (gdef):**

Para cada país foi observado os gastos totais com a defesa. Segundo os dados do *Military Balancy* as estimativas dos *gdef* foram as mais reais possíveis, feitos apenas para países onde há dados suficientes para justificar tal medição, não obstante que fontes externas também foram utilizadas para complementar a informação de casos específicos como é o caso da base de dados do Stockholm International Peace Research Institute [sipri].

##### **4.5.2. Alianças Estratégicas (alie)**

Uma aliança é definida como um relacionamento formal ou informal de cooperação no setor da Defesa e Segurança entre dois ou mais estados, em que ambos assumem algum nível de comprometimento em troca de benefícios para ambas as partes (Cepik, 2001). Relativamente a esta variável foi necessário quantificá-las<sup>46</sup>, e para tal tivemos em conta a sua estrutura, missões e políticas. Deste modo foram atribuídos valores aos seguintes atributos:

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Assistência em Caso de Agressão</b> | <b>40</b> |
| <b>Força Militar Conjunta</b>          | <b>30</b> |
| <b>Formação e Treino Operacional</b>   | <b>20</b> |
| <b>Apenas consulta</b>                 | <b>10</b> |

---

<sup>46</sup> Uma vez que nem todas as alianças estratégicas têm o mesmo nível de influência e diferem quanto ao tipo de missões e acordos que podem ir desde simples acordos políticos na área segurança regional (SICA, UA, G7plus) até acordos no âmbito da segurança coletiva e assistência em caso de agressão (NATO, EU, AL).

Quanto ao potencial aliado consideramos que estes efeitos seriam cumulativos.

No Anexo A apresentamos a lista dos países e suas alianças e no Anexo B a quantificação do potencial aliado.

#### **4.5.3. Número de pessoas em Missões (mmiss)**

Para esta variável recorreremos mais uma vez aos dados presentes no Military Balancy. Nesta fase é preciso reconhecer que certos estados tinham maior número de missões que outros, no entanto a dimensão das FA em termos de efetivos não influencia o número de homens empenhados. Com auxílio das Notas Explicativas<sup>47</sup> conseguimos obter com maior precisão o número de homens empenhados em missões internacionais e de apoio a paz, desde forças nacionais destacadas (FND's) e elemento nacional destacado (END).

#### **4.5.4. PIB per capita (pibcap):**

O PIB per capita representa o PIB dividido pelo número total de habitantes. Com esta variável procuramos estabelecer a relação entre o nível de vida de um certo país os respetivos gastos com defesa.

#### **4.5.5. Período de paz (pp)**

Nesta variável procuramos através de diversas fontes analisar a paz e estabilidade política para cada país. Para tal foram considerados guerras interestaduais, disputas territoriais em que ocorreram troca de fogos havendo morte para uma das partes, golpes de estado e ainda situações de pudessem causar grande instabilidade como grandes manifestações ou tumultos.

#### **4.5.6. Insularidade (insul):**

Através desta variável procurou -se relacionar a vizinhança do país e os seus *gdef*. Esta variável foi empregada numa logica de variável categórica (*dummy*), de modo a facilitar a comparação entre um estado insular e um estado não insular.

Todos os dados financeiros nas entradas dos países foram apresentados em dólares americanos a preços correntes - não constantes.

---

<sup>47</sup> *The explanatory Notes* é uma das partes constituintes do Military Balance que apresenta os dados de modo padronizado permitindo estimar com maior precisão a capacidade das Forças Armadas e organismos de Defesa de cada país.

## 4.6. Análise de Regressão Múltipla

A regressão linear múltipla (RLM) é uma técnica, utilizada na econometria para resolver problemas de estimação onde se procura prever o valor de um objeto com base nos seus atributos ou características específicas<sup>48</sup>. Todos estes problemas têm um conjunto de variáveis de entrada (independentes), que são usadas para estimar e uma variável de saída que materializa a resposta que queremos obter. Neste caso particular procuramos explicar os Gastos em Defesa (*gdef*) através do seguinte conjunto de variáveis: PIB per capita (*pibcap*), período de paz – que se subdividiu em 3 categorias de paz [estável (*pest*), moderada (*pmod*) e instável (*pins*)], atendeu ainda ao número de militares em missão no estrangeiro (*mmiss*), às alianças estratégicas (*alie*), ao fator de insularidade (*insul*) e à área de Zona Económica Exclusiva (*zee*).

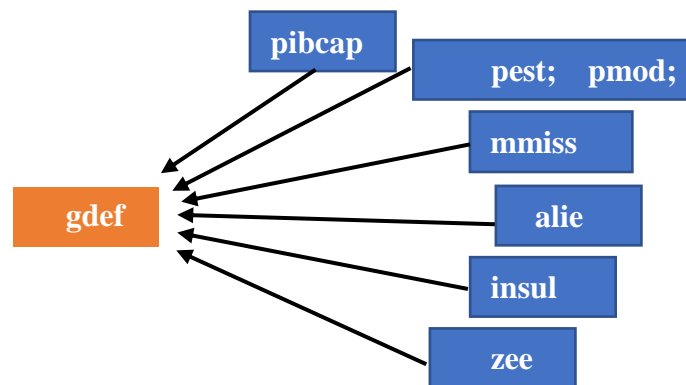


Figura n.º 9 - Modelo de Regressão Múltipla

Fonte: elaboração própria.

A resolução destes problemas normalmente envolve uma equação do tipo paramétrica, ou seja, utilizam uma equação específica para estabelecer a relação entre as variáveis independentes e a variável dependente, do tipo:

$$y = f(x_1, x_2, x_3, x_4, x_5, x_6) \quad (1)$$

Em que podemos especificar um modelo económico para explicar o a variável desconhecida:

---

<sup>48</sup> A RLM tem sido aplicada para uma variedade de problemas do mundo real tais como: estimar o preço de uma casa, estimar o número mensal de vendas, etc., todos estes problemas envolvem estimar um valor, ou seja, um problema que aplica os métodos do tipo regressão.

$y$  é a nossa variável dependente e desconhecida = despesas dum Estado em Defesa, em função de  $f(X)$  que agrega as variáveis conhecidas, ou ditas independentes:

$x_1$  = PIB per capita em milhares de dólares;

$x_2$  = período de paz em anos;

$x_3$  = militares em missão no estrangeiro por milhar de habitantes;

$x_4$  = valor atribuído às alianças estratégicas;

$x_5$  = Estado com característica insular, sim ou não;

$x_6$  = Zona Económica Exclusiva em km<sup>2</sup>.

O resultado desta equação constituirá uma aproximação aos valores observados em cada variável após a estimação do modelo econométrico.

Diferentes modelos de regressão utilizam modelos diferentes da função  $f(X)$ , na regressão linear simples em que temos apenas uma variável explicativa, ela adquire a seguinte forma:

$$f(X) = \beta_0 + \beta_1 X + u \quad (2)$$

Nesta versão, o problema de determinar a impacto da variável independente ( $X$ ) na variável dependente fica resumido em determinar, através de métodos de estimação, os coeficientes  $\beta_0$  e  $\beta_1$ , baseado nos dados da nossa amostra, em que  $\beta_0$  é o coeficiente de interseção da reta que corresponde à média dos valores observados na variável dependente, e  $\beta_1$  o coeficiente de da variável independente (Wooldridge, 2013). O valor de  $u$  agrega todos demais fatores não observados que influenciam a nossa variável dependente, no nosso caso por exemplo a tendência despesista de determinado Estado, o sentimento de insegurança dos cidadãos, a qualidade das FA nas ações de defesa, e ainda o erro na medição de variáveis como o potencial das alianças estratégicas ou a capacidade para controlo da Zona Económica Exclusiva (ZEE). É independente da função  $f(X)$ , este não poderá ser determinado por análises de regressão, ou seja, mesmo o modelo mais perfeito de regressão deverá conter sempre um erro mínimo, também conhecido como o erro irreduzível<sup>49</sup>. Embora não seja possível determinar com exatidão este erro procedemos à sua minimização através de uma técnica conhecida como mínimos quadrados ordinários (Gujarati, 2004).

---

<sup>49</sup> Este erro poderá ser visto como a diferença não explicada entre a linha de regressão e uma dada observação, que por sua vez é parte do erro residual.

Este método que foi desenvolvido e publicado por Adrien-Marie Legendre em 1805, e é o mais utilizado no método de regressão por possuir propriedades estatísticas consideradas relevantes e de fácil replicação. A reta que resulta da aplicação deste método passa pela média dos valores observados em cada uma das variáveis (dependente e independente), mostrando se existe uma correlação, que poderá ser positiva ou negativa entre as estas variáveis, igualando a soma dos seus desvios a zero. O uso de quadrados serve para eliminar o efeito de magnitude (posição relativa à reta de regressão) das observações, que poderá influenciar positiva ou negativamente a nossa predição.

No caso da RLM, em que temos mais de uma variável independente, a equação adquire o seguinte formato:

$$f(X) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_p x_p \quad (3)$$

Este modelo recebe nome de RLM com  $p$  variáveis explicativas e os parâmetros  $\beta_p, p = 1, \dots, p$ , que representam os coeficientes de regressão. Para facilitar a compreensão é usual o uso de matrizes também conhecidas como matrizes de regressão em que cada linha representa um determinado objeto e as colunas correspondem aos valores observados em cada variável. Assim sendo a nossa matriz de regressão pode ser construída da seguinte forma:

$$y = \begin{bmatrix} y_1 \\ y_2 \\ y_3 \\ \vdots \\ y_n \end{bmatrix}, \quad X = \begin{bmatrix} 1 & X_{1,1} & X_{1,2} & \cdot & \cdot & X_{1,p} \\ 1 & X_{2,1} & X_{2,2} & \cdot & \cdot & \cdot \\ 1 & X_{3,1} & X_{3,2} & \cdot & \cdot & \cdot \\ \vdots & \vdots & \vdots & \cdot & \cdot & \cdot \\ 1 & X_{n,1} & X_{n,2} & \cdot & \cdot & X_{n,p} \end{bmatrix}, \quad \beta = \begin{bmatrix} \beta_0 \\ \beta_1 \\ \beta_2 \\ \vdots \\ \beta_p \end{bmatrix}, \quad u = \begin{bmatrix} u_1 \\ u_2 \\ u_3 \\ \vdots \\ u_p \end{bmatrix}$$

Para o nosso modelo definimos os *gdef* como variável dependente e, *pibcap*, *pest*, *pmod*, *pins*, *mmiss*, *alie*, *insul* e *zee* como variáveis independentes. Esta análise permite determinar a contribuição de cada variável independente bem como a sua correlação.

Após especificar o modelo económico, é necessário converter para o denominado modelo econométrico. As ambiguidades inerentes ao modelo económico dos gastos dos Estados no setor da Defesa são resolvidos através da especificação de um modelo econométrico (Wooldridge, 2013):

$$gdef = \beta_0 + \beta_1 pibcap + \theta_0 pins + \theta_1 pmod + \theta_2 pest + \beta_2 mmiss + \beta_3 alie + \delta_1 insul + \beta_4 zee + u \quad (4)$$

Em que, como complemento e especificação da equação (3), as variáveis qualitativas para estimar os gastos em Defesa, através do número de anos de paz e do estado de

insularidade são: *insul* como variável, também dita fictícia, que assume o valor 1 se o Estado é insular e 0, caso contrário; e foi categorizado tempo de paz através da construção de 3 variáveis fictícias:

$$\begin{aligned}
 pins &= \begin{cases} 1 & \text{se Estado teve perturbações à paz há menos de 10 anos} \\ 0 & \text{em caso contrário} \end{cases} \\
 pmod &= \begin{cases} 1 & \text{se Estado teve perturbações nos últimos 10 a 20 anos} \\ 0 & \text{em caso contrário} \end{cases} \\
 pest &= \begin{cases} 1 & \text{se Estado não teve perturbações à paz há mais de 20 anos} \\ 0 & \text{em caso contrário} \end{cases}
 \end{aligned}$$

Por forma a impedir um dos erros denominado por multicolineariedade, pela introdução de vetor que seja obtido pela soma das 3 colunas (*pisn*, *pmod* e *pest*), torna-se necessário omitir uma das categorias do modelo. Assim, no seguinte modelo, a categoria omitida é a paz instável:

$$\begin{aligned}
 gdef = \beta_0 + \beta_1 pibcap + \theta_1 pmod + \theta_2 pest + \beta_2 mmiss + \beta_3 alie + \\
 \delta_1 insul + \beta_4 zee + u \quad (5)
 \end{aligned}$$

Uma vez que no presente modelo os resíduos (diferença entre a observação e a linha de regressão) têm uma distribuição distorcida na análise à variável dependente e da variável *pibcap*, é normal proceder-se a transformação das mesmas. Esta linearização do modelo é obtida através da aplicação do logaritmo natural às variáveis que escondem uma dispersão elevada entre si, pois a análise incorpora países com níveis de riqueza muito distinta. O objetivo de uma transformação é obter resíduos que são distribuídos aproximadamente simetricamente (aproximadamente zero, é claro). Assim, no seguinte modelo, que servirá de base à nossa regressão linear, os valores das variáveis *gdef* e *ph* foram logaritmizados (Gujarati, 2004):

$$\begin{aligned}
 \ln(gdef) = \beta_0 + \beta_1 \ln(pibcap) + \theta_1 pmod + \theta_2 pest + \beta_2 mmiss + \beta_3 alie + \\
 \delta_1 insul + \beta_4 zee + u \quad (6)
 \end{aligned}$$

#### 4.7. Resultados da análise de regressão

Partindo do nosso modelo econométrico definido na equação (6) e recorrendo aos dados recolhidos que se apresentam no Quadro n.º 1,

Tabela n.º 1 – Fonte de dados para análise de regressão

| Países            | lngdef  | lnph | pest | pmod | mmiss    | alie | insul | zee     |
|-------------------|---------|------|------|------|----------|------|-------|---------|
| Antígua e Barbuda | 7,43136 | 4,24 | 1    | 0    | 0        | 130  | 1     | 110089  |
| Bahamas           | 7,99564 | 4,58 | 1    | 0    | 0        | 130  | 1     | 654715  |
| Barbados          | 7,57978 | 4,25 | 1    | 0    | 0        | 90   | 1     | 186898  |
| Brunei            | 8,51055 | 4,44 | 1    | 0    | 0,080868 | 90   | 0     | 1009    |
| Bahrein           | 9,16435 | 4,41 | 0    | 0    | 0,169605 | 180  | 1     | 10225   |
| Belize            | 7,36173 | 3,71 | 1    | 0    | 0        | 100  | 0     | 35351   |
| Burundi           | 8,09337 | 2,47 | 0    | 0    | 0        | 70   | 0     | 0       |
| Cabo Verde        | 7       | 3,54 | 1    | 0    | 0        | 110  | 1     | 800561  |
| Chipre            | 8,54654 | 4,29 | 0    | 0    | 0,001597 | 90   | 1     | 98707   |
| Djibouti          | 8,69548 | 3,38 | 0    | 0    | 0        | 120  | 0     | 7459    |
| Dominica Rep.     | 8,74817 | 3,93 | 1    | 0    | 0        | 100  | 1     | 255898  |
| Fiji              | 7,70757 | 3,79 | 1    | 0    | 0,679699 | 50   | 1     | 1282978 |
| Guiana            | 7,07188 | 3,74 | 0    | 1    | 0        | 110  | 0     | 137765  |
| Guiné Equatorial  | 8,28764 | 4,17 | 1    | 0    | 0        | 60   | 0     | 303509  |
| Islândia          | 7,5682  | 4,84 | 1    | 0    | 0        | 100  | 1     | 54823   |
| Luxemburgo        | 8,45332 | 5,05 | 1    | 0    | 0,009722 | 60   | 0     | 1284997 |
| Malta             | 7,75587 | 4,52 | 1    | 0    | 0,024265 | 90   | 1     | 7745    |
| Maurícia          | 8,33846 | 4,02 | 1    | 0    | 0        | 100  | 1     | 131397  |
| Montenegro        | 8,16732 | 3,95 | 1    | 0    | 0,066982 | 60   | 0     | 70326   |
| Seicheles         | 7,34762 | 4,24 | 1    | 0    | 0        | 100  | 1     | 1336559 |
| Suíça             | 9,68395 | 4,93 | 1    | 0    | 0,025513 | 20   | 0     | 0       |
| Timor-Leste       | 7,39794 | 3,34 | 0    | 1    | 0        | 30   | 0     | 70326   |

|                   |         |      |   |   |   |     |   |        |
|-------------------|---------|------|---|---|---|-----|---|--------|
| Trinidad e Tobago | 8,77525 | 4,27 | 0 | 1 | 0 | 130 | 1 | 751345 |
|-------------------|---------|------|---|---|---|-----|---|--------|

Fonte: Elaboração própria

é possível, através da regressão linear múltipla (ou método dos mínimos quadrados ordinários), efetuar a chamada estimação do modelo com base nos dados conferidos via pacote de análise de dados do Microsoft Excel®:

Tabela n.º 2 - Resumo da Análise de Regressão

| <i>Regression Statistics</i> |          |
|------------------------------|----------|
| R múltiplo                   | 0,689781 |
| Quadrado de R                | 0,475798 |
| Quadrado de R ajustado       | 0,231171 |
| Erro-padrão                  | 0,608637 |
| Observações                  | 23       |

|                                      | Coeficientes | Erro-padrão | Stat t   | Valor p  |
|--------------------------------------|--------------|-------------|----------|----------|
| $\hat{\beta}_0$   <i>Interceptar</i> | 6,324643     | 1,061592    | 5,957697 | 2,63E-05 |
| $\hat{\beta}_1$   <i>lnpibcap</i>    | 0,757537     | 0,262141    | 2,889806 | 0,011224 |
| $\hat{\theta}_1$   <i>pest</i>       | -1,09689     | 0,424924    | -2,58139 | 0,020857 |
| $\hat{\theta}_2$   <i>pmod</i>       | -1,02462     | 0,495679    | -2,06711 | 0,056433 |
| $\hat{\beta}_2$   <i>alie</i>        | -0,00317     | 0,004863    | -0,65092 | 0,524944 |
| $\hat{\beta}_3$   <i>mmiss</i>       | 0,475466     | 1,038954    | 0,457639 | 0,653771 |
| $\hat{\delta}_1$   <i>insul</i>      | -0,21073     | 0,343044    | -0,61429 | 0,548227 |
| $\hat{\beta}_4$   <i>zee</i>         | -2E-07       | 3,39E-07    | -0,57701 | 0,572493 |

Fonte: Elaboração própria.

Pela aplicação dos valores estimados para cada coeficiente, ao modelo apresentado em (6), é possível obter o seguinte modelo estimado:

$$\ln(\widehat{gdef}) = 6,325 + 0,758\ln(pibcap) - 1,025pmod - 1,097pest + 0,475mmiss - 0,003alie - 0,211insul - 0,000zee$$

$$R^2 = 0,476 \quad \bar{R}^2 = 0,231 \quad n = 23$$

A interpretação de  $\hat{\beta}_1$ <sup>50</sup> é a seguinte: mantendo fixas as variáveis dos anos de paz, do número de militares em missão, as alianças estratégicas, a insularidade e o tamanho das ZEE, se o PIB *per capita* aumenta 1 dólar, os gastos em defesa aumentarão 0,76%.

A interpretação de  $\hat{\theta}_1$  e  $\hat{\theta}_2$  é a seguinte: mantendo fixas todas as demais variáveis (existe a expressão latina *ceteris paribus* que significa isso mesmo: tudo o resto constante), se os períodos de paz aumentassem, os gastos em defesa diminuirão. Não é possível prever em % pois os valores são inconclusivos, sendo que apenas reporta analisar o sinal do coeficiente, neste caso é negativo e percebe-se que o impacto é tanto mais forte quanto maior o número de anos em paz.

A interpretação de  $\hat{\beta}_2$  é a seguinte: *ceteris paribus*, se o número de militares por milhar de habitantes aumentasse em mais 1 por milhar, os gastos em defesa aumentarão.

A interpretação de  $\hat{\beta}_3$  é a seguinte: *ceteris paribus*, se o poder das alianças aumentar, os gastos em defesa irão reduzir-se.

A interpretação de  $\hat{\delta}_1$  é a seguinte: *ceteris paribus*, a característica de ser um Estado insular e desta forma desprovido de fronteiras terrestres, aponta para a necessidade de menores gastos em defesa.

Por último, a interpretação de  $\hat{\beta}_4$  é a seguinte: *ceteris paribus*, o tamanho da ZEE não tem significância na construção do modelo e desta forma, por aumentar mais 1 km<sup>2</sup> de ZEE não terá o esperado aumento de gastos em defesa para patrulhamento de área, sendo que o sinal do parâmetro é ainda menos coerente com o que a interpretação económica sugeria.

Desta forma, cabe ao investigador refazer o modelo com base no  $R^2$ , no  $\bar{R}^2$  e nos valores probabilísticos (*p-value*), o que nos conduz a novo modelo, mas sem a variável *zee*:

$$\begin{aligned} \ln(\widehat{gdef}) = & 6,361 + 0,75\ln(pibcap) - 1,155pmod - 1,093pest \\ & + 0,267mmiss - 0,003alie - 0,249insul \\ R^2 = & 0,464 \quad \bar{R}^2 = 0,263 \quad n = 23 \end{aligned}$$

Apesar do aumento no  $\bar{R}^2$  não ter sido o esperado, pois “deixamos” cair uma variável, o efeito nos valores probabilístico fez-se notar:

---

<sup>50</sup> A notação do acento circunflexo nos parâmetros significa que os mesmo se encontram estimados, isto é, foi efetuada a regressão do modelo econométrico e são agora apresentados valores em vez dos coeficientes  $\beta_p$ .

Tabela n.º 3 - Coeficientes do modelo de Regressão Múltipla

|                                      | Coeficientes | Erro padrão | Stat t   | Valor p  |
|--------------------------------------|--------------|-------------|----------|----------|
| $\hat{\beta}_0$   <i>Interceptar</i> | 6,361949     | 1,037297    | 6,133196 | 1,44E-05 |
| $\hat{\beta}_1$   <i>Inpibcap</i>    | 0,749811     | 0,256283    | 2,92571  | 0,009898 |
| $\hat{\theta}_1$   <i>pest</i>       | -1,15553     | 0,4039      | -2,86094 | 0,011322 |
| $\hat{\theta}_2$   <i>pmod</i>       | -1,09286     | 0,471223    | -2,3192  | 0,033939 |
| $\hat{\beta}_2$   <i>alie</i>        | -0,00305     | 0,004757    | -0,64157 | 0,530236 |
| $\hat{\beta}_3$   <i>mmiss</i>       | 0,266868     | 0,953508    | 0,279881 | 0,783155 |
| $\hat{\delta}_1$   <i>insul</i>      | -0,24884     | 0,329532    | -0,75514 | 0,46114  |

Fonte: Elaboração própria.

## PARTE II -TRABALHO DE CAMPO

### CAPÍTULO 5. RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

#### 5.1. Nota Introdutória

O modelo econométrico demonstrou ser uma ferramenta útil já que nos permitiu identificar a existência de certos padrões, e ainda identificar casos isolados, diminuindo deste modo o esforço e tempo de comparação. Para além do que constatou no RLM, comparamos as diversas teorias enunciadas, referindo aquela que consideramos ter maior relevância para demonstrar determinada situação.

Neste capítulo será dada também atenção especial as entrevistas que já que estas servirão como elemento de averiguação das hipóteses levantadas.

Para análise das entrevistas recorreremos ao método qualitativo de análise de conteúdo, e de modo a resumir o conteúdo das mesmas estas serão apresentadas em função daquilo que é o objetivo último desta análise (validação de hipóteses levantadas). Naturalmente para validar as hipóteses consideramos o quadro teórico e conceptual pertencente ao segundo capítulo deste TIA.

#### 5.2. Adaptação das despesas das FASTP com base no modelo econométrico

Com base nos valores estimados no modelo econométrico é possível efetuar previsões e obter valores indicativos para a variável dependente: gastos em Defesa.

Tabela 4 - Dados de RDSTP para aplicação do modelo

| País                | <i>lngdef</i> | <i>lnph</i> | <i>pest</i> | <i>Pmod</i> | <i>mmiss</i> | <i>aliee</i> | <i>insul</i> |
|---------------------|---------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| São Tomé e Príncipe | 6,82413       | 3,28        | 1           | 0           | 0            | 90           | 1            |

Fonte: Elaboração própria.

Assim, substituindo cada variável e multiplicando pelo respetivo coeficiente, obteve-se o seguinte valor previsto para os gastos em Defesa em STP:

$$\ln(\widehat{gdef}) = 6,361 + 0,75 * 3,28 - 1,155 * 1 - 1,093 * 0 + 0,267 * 0 - 0,003 * 90 - 0,249 * 1 = 7,144$$

Ou seja, os 7,144M\$ previstos no modelo não diferem dos atuais 6,824M\$ já previstos para o setor da Defesa, consideram-se por isso que estes valores estão ajustados.

### 5.3. Caracterização dos inquiridos

Os inquéritos por entrevista foram conduzidos na tentativa de relacionar a informação do estudo quantitativo e as abordagens teóricas com a nosso caso particular. Os entrevistados foram selecionados de modo a se conseguir informações precisas e coerentes, deste modo procuramos diversificar o conteúdo desta parte qualitativa entrevistando pessoas pertencentes a diversos setores e níveis do estado nomeadamente:

- **E1** – Alfredo Marçal Lima secretario geral da Política de Defesa Nacional (SGPDN)<sup>51</sup>;
- **E2** - Tenente David Guimarães recentemente formado na Academia Militar e desempenhado funções dentro seção logística e financeira das FASTP<sup>52</sup>;
- **E3** - João Pedro Cravid, Comissário, Diretor do Departamentos de Estudos, Planeamento e Formação da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe PNSTP<sup>53</sup>;
- **E4** - Adelino Santiago Castelo David, economista, tendo desempenhado as funções de Ministro do Plano e Finanças da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, nos anos de 1999-2001 e 2004-2005<sup>54</sup>.

Aqui importa salientar que as questões foram colocadas tendo em conta a especialidade de cada entrevistado, considerando a sua capacidade para às responder.

Ainda que numa fase exploratória foi entrevistado também o Coronel Machado Barroso, comandante do RAME, sendo que esta entrevista se enquadra num grupo distinto para o qual foram colocadas outro tipo de questões<sup>55</sup>.

### 5.4. Análise de entrevistas

Como já referido anteriormente os inquéritos conduzidos no presente trabalho, destinam-se a confirmar as hipóteses que foram levantas após a revisão do quadro conceptual

---

<sup>51</sup> Ver Apêndice D.

<sup>52</sup> Ver Apêndice E.

<sup>53</sup> Ver Apêndice F.

<sup>54</sup> Ver Apêndice G.

<sup>55</sup> Ver Apêndice H.

e do estudo comparativo facultado pelo modelo econométrico. De modo a conseguir analisá-las de forma objetiva foram separadas em tópicos que correspondem a cada uma das hipóteses levantadas. No quadro a seguir fazemos uma possível ligação entre as hipóteses e os tópicos em análise:

Quadro n.º 1 - Estrutura de tópicos para análise das entrevistas

| HIPOTHESES | TÓPICOS EM ANÁLISE                                  |
|------------|---|
| <b>H1</b>  | Nível de financiamento das FASTP                    |
| <b>H2</b>  | Os benefícios da multilateralidade                  |
| <b>H3</b>  | Adaptação das FASTP                                 |
| <b>H4</b>  | Integração das FASTP no âmbito da segurança interna |

Fonte: Elaboração própria.

Para cada assunto foi elaborado um quadro, no qual procuramos apresentar de forma objetiva as respostas e principais argumentos de cada entrevistado, que poderá ser consultado nos Apêndices I, J, K e L.

### 5.5. Verificação de hipóteses

Da análise das entrevistas direcionais ao nosso estudo caso pudemos constatar um conjunto de situações que carecem de revisão quando comparadas com outros países. Dentro das áreas específicas abordadas apresentamos resumidamente as constatações comparando com outras realidades que integraram amostra do nosso modelo. Assim sendo procedemos a validação das hipóteses destacando casos considerados relevantes

A H1, **as FASTP carecem de financiamento adequado ao para o sua sustentação e desenvolvimento**, é confirmada pelas entrevistas, já que todos os inquiridos parecem ter concordado nesse aspeto. Basta reparar na resposta do E1 constatando que “os nossos orçamentos não têm disponibilidade financeira para financiar o reequipamento, a modernização, a formação, o treino das Forças Armadas”.

Neste ponto o E2 mencionou as dificuldades que muitas vezes surgem mesmo no âmbito das despesas de funcionamento. Pode-se dizer ainda que quase nada é feito a nível de investimentos como confirmado pelo E1 que apontou o nível de financiamento para as despesas de capital como sendo bastante exíguo, acrescentando ainda que o pouco que é conseguido vem das parcerias e acordos bilaterais. Quando ao E4 este também reforça a

ideia afirmando que “O financiamento atual não é suficiente para garantir a sustentação e desenvolvimento da nossa estrutura de defesa”.

A previsão feita pelo nosso modelo econométrico indicou um valor, embora próximo, superior ao observado (GD verificado < GD previsto), sugerindo deste modo uma necessidade de reforço e não de diminuição.

Quanto a H2, **devido à pequena dimensão a RDSTP vê-se constrangida à nível político económico. Logo as OI e as cooperações bilaterais desempenham um papel fundamental na garantia de segurança e defesa do estado**, os resultados apresentaram fortes evidências para a relação entre a RDSTP e as OI serem benéficas. Tal como mencionado pelo E1, no caso da segurança marítima temos o exemplo de Portugal que tem estado a patrulhar a ZEE a cerca de dois anos. Também neste sentido o E2 reforça a ideia dizendo que esta componente tem contribuído imenso para a modernização das FASTP, permitindo uma melhor capacitação e dos recursos humanos e não só. Também aqui podemos associar a ideia da Islândia não possuir FA e garantir sua defesa por outros meios.

Estes argumentos parecem consensual com os estudos sobre as alianças estratégicas, que aponta para redução nos GD quando os estados incorporam estratégias de complementaridade. De fato podemos verificar uma condição semelhante para os alguns estados na região das Caraíbas (Antígua, Bahamas, República Dominicana, etc.) que partilham responsabilidades no combate a criminalidade na rentabilizando deste modo os esforços para uma melhor segurança marítima. No modelo econométrico, a variável *alie* apresenta um coeficiente de interseção negativo (-0,00317) o que reforça ainda mais esta ideia.

A H3, **a insularidade, torna pertinente a necessidade de adaptar ou reestruturar as FASTP no sentido de conseguir uma melhor adequação as características do país**, foi infirmada de um modo geral pelos entrevistados. O E1 apontou para incapacidade FASTP providenciarem o controlo das águas jurisdicionais, salientando ainda que o pouco ou quase nenhum controlo que temos só é conseguida devido as ajudas de países amigos como é o caso de Portugal.

Também o E4 reforçou essa ideia através seguinte afirmação: “Eu acredito que as nossas Forças Armadas não estão estruturadas em função do meio e da nossa sociedade”, apontou para a necessidade de uma definição tendo por base os seguintes aspetos:

- “- Capacidade organizativa (fraca capacidade humana e institucional);
- Capacidade económica e financeira do país (fraca, exportação limitada a 2 a 3 produtos, com o cacau a representar mais de 80%, dependência do exterior);

- Dimensão territorial física do país (pequena: 1001 Km<sup>2</sup>) e marítima: 160 Km);
- Situação geográfica do país (insular, distante da costa africana: ca 300 Km);
- Arquipélago e Insularidade do país (Ilhas principais: S. Tomé e Príncipe).”

Orientando deste modo a PDN tendo como primeira prioridade a segurança marítima, passando por aspetos como avaliação da governança, meios humanos e matérias bem como a cooperação com países mais próximos. Como exemplo poderíamos mencionar o caso de Bahamas onde as FA é uma força inteiramente de carris naval, sendo encarregada para fazer face a situações de catástrofes, segurança marítima e combate ao narcotráfico, possuindo um único esquadrão de forças especiais encarregue pela segurança interna. Aqui poderíamos associar o fato da nossa variável *zee* apresentar um valor estatisticamente não significativo.

O E3, ainda que não descartasse Exército reforçou a ideia de que dada as nossas características da RDSTP “*sendo ilhas e sem historial de guerras*”, deveríamos pautar por bons exemplos, o mesmo ainda acrescenta que “*A ideia de haver um reforço na Marinha (Guarda Costeira) e quase que extinção do Exército parece chocante e inadmissível, mas, como já disse, há países com realidades similares à nossa onde isso acontece. Se falarmos da Presidência, da Guarda de Honra, pode-se criar uma Unidade específica para tal.*”

Aqui importa referirmos também a perspectiva do Coronel Barroso já que o mesmo é apologista que dá as condições de possuir um exército musculado, que implica custos, algo que poderia ser levado em consideração é a abolição do SMO, e aplicação de quadro inteiramente profissional e exemplificando: caso o estado estivesse interessado em participar em missões de apoio a paz o mais lógico seria a criação de forças bem preparadas (ex. forças especiais) e não propriamente possuir um elevado número de militares na dependência do estado.

Uma explicação possível estaria relacionada com o fato de quanto melhor preparado for a força maior será a probabilidade de ser empregue, como ocorre em certos países da nossa amostra como Bahrein, Brunei, Chipre e Montenegro. Esta constatação poderia ser uma possível explicação para o fato da variável *mm* não ser significativa no nosso modelo.

Relativamente a H4, **uma cooperação sólida entre as FASTP e as forças e serviços de segurança (FSS) constituirá uma mais valia para a segurança de e defesa**, as respostas dos entrevistados parece ir de encontro a uma maior interação entre estes dois organismos. O E1 esclarece esse ponto afirmando que a legislação já prevê a possibilidade de militares operarem conjuntamente com a polícia em missões de segurança interna, referindo como áreas prioritárias o “*segurança em processos eleitorais, apoio em situações*

*de tumultos violentos e outras formas de alteração de ordem pública grave*”, sendo que este apoio é feito a pedido PNSTP. Na opinião do E3 as FASTP têm a vertente da segurança interna bem presente destacando o trabalho do pelotão da polícia militar que muitas vezes é acionado a pedido da PNSTP.

O mesmo ainda acrescenta que este auxílio é incontornável dizendo o seguinte: *“Incompreensível (para mim) o efetivo das FASTP é manifestamente superior, quando considerado que a carga de trabalho junto à população é superior para a PNSTP”*.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O facto da variável *insul* apresentar um coeficiente negativo aponta para uma associação entre a natureza das FA nos países pequenos de natureza insular. Aqui importa referir que há uma forte tendência para estes estados possuírem uma força destinada ao controlo da água e que vêm o seu esforço reduzido pela participação em alianças. Devido ao facto de pertencerem à um sistema onde a responsabilidade é partilhada com outros países vizinhos esta premissa tende a reduzir o efeito da variável *zee*. Quando falamos de fatores morais incluímos o período de paz e estabilidade social dentro da equação, e como era de se esperar quanto maior for essa estabilidade menor será a tendência para se investir na defesa. A variável *pibcap* estará associada ao nível de vida e as condições económicas do país. Da nossa análise resulta que os países mais desenvolvidos ou com melhores condições de vida tendem a ter maiores gastos na defesa. Na variável *mmiss* em missões não foi possível tirar conclusões já que poderão haver fatores omitidos que não representam a realidade, assim sendo podemos dizer que as variáveis que melhor se ajustam ao modelo são o *pibcap* e o *pp*, uma vez que todas as outras demonstraram não significância.

A avaliação dos resultados do modelo fornece subsídios para se ter uma ideia do significado de cada fator, no entanto não permite estabelecer condições definitivas já que é baseado em premissas e não em condições permanentes. Além das suposições do modelo econométrico foram abordadas diversas teorias que permitiram olhar para o nosso caso em particular bem identificar boas práticas a nível global.

Agora passando aos objetivos específicos do presente TIA podemos aferir o seguinte:

Quanto ao **nível de financiamento das FASTP** quando consideradas as necessidades atuais, podemos afirmar que de um modo geral este encontra-se desajustado. Neste âmbito importa referir que com o conjunto de constrangimentos económicos que têm assolado o país (fraca capacidade económica financeira, nível de exportação relativamente baixo, forte dependência do exterior), não só as FASTP, mas também o estado é afetado no seu todo. Embora tenha se notado nos últimos anos um esforço por parte dos governos em reforçar esta componente, ainda esta muito aquém de suportar todas as necessidades da instituição.

No que concerne **aos contributos das OI para o reforço da DN enquanto potencializador de alianças estratégicas**, sem sombras de dúvidas que as OI bem como os parceiros bilaterais têm exercido um papel fundamental para a melhor capacitação e modernização da instituição nomeadamente a nível da formação do pessoal e no reforço das

capacidades que por si só se revelam muito debilitadas. No entanto aqui destaca-se um ponto crucial que é ao nível da interação regional a qual carece de revisão, como por exemplo o "tratado assinado entre São Tomé e Príncipe e Nigéria para a segurança da zona marítima conjunta e criação de uma Força Conjunta que nunca se materializou, mostra para uma necessidade de maior integração com os países mais próximos da sua ZEE. Este aspeto revela-se importante para o reforço da segurança marítima tendo em conta o aumento da pirataria na região do Golfo da Guiné.

Passando agora para **ajustamento das PDN tendo em conta as condições geográficas de insularidade, área territorial e Zona Económica Exclusiva, comparativamente a países análogos**, existe ainda muito trabalho a ser feito, já que comparativamente outros PEID podemos constatar uma estratégia tendo como prioridade o mar, o que implica de possuir uma Guarda Costeira forte e reforçada, e a componente terrestre voltada para a segurança interna. A nível de forças terrestres como mencionado anteriormente o esforço deveria ser vocacionado para segurança interna como apontado pelo SGPDN, *“nos nossos países as Forças Armadas têm que ser um instrumento de duplo uso. Serem pequenas flexíveis e polivalentes”*, não descartando a possibilidade da criação de forças especiais caso o país tivesse interesse em reforçar a sua diplomacia participando em missões de Apoio a paz como sugere o Coronel Luís Barroso.

Finalmente quanto **ao emprego ao emprego das FASTP no âmbito da segurança interna**, podemos referir o apoio já prestado pela instituição a Polícia deve ser considerado uma boa prática, tendo vindo a constatar que este revela-se um fator chave para a *“manutenção da ordem pública e garantia da paz social”* como apontado pelo Comissário João Pedro Cravid na sua entrevista, reforçando que as relações entre as duas instituições já foi pior no passado em que havia um maior desrespeito dos militares pelo trabalho da polícia. O mesmo entrevistado salientou ainda que esta cooperação poderia ainda ser melhorada caso houvesse uma maior ligação a nível da formação entre estes dois órgãos.

Aqui seria oportuno apontar o elogio por parte dos entrevistados à intervenção das FASTP no combate a pandemia do Covid-19, que as FASTP têm demonstrado ser um elemento de grande importância.

Fazendo a ponte para o modelo de potencial do estado de Cabral Couto procuramos abranger as características de ordem física, humana, histórica, economia, militar e político-administrativa. Não sendo possível introduzir todos fatores do potencial estratégico e seus

parâmetros no modelo econométrico deixamos aqui a oportunidade para uma próxima investigação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, E. C., & Bernardino, L. M. B. (2013). A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. *Revista Militar*, 2532, 43-61.

Almeida, E. C. (2017). São Tomé e Príncipe passa a integrar a força militar multinacional da CEEAC. Disponível em <https://africadefesaeseguranca.wordpress.com/>

ASEAN Defence Ministers Meeting (ADMM) <https://asean.org/asean-political-security-community/asean-defence-ministers-meeting-admm/>

Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe (1990). Lei n.º7/1990 – Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 11 de julho.

Assembleia Popular Nacional de São Tomé e Príncipe. (2019). Proposta de lei n.º 27/XI/1.ª/19 - Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019. *Diário da República n.º 27/2019*. II Série A. São Tomé: Assembleia Popular Nacional.

Associação de praças, (s.d), Euromil Apresentação, Associação de praças. Disponível em [www.apracas.pt/paginas/13/euromil-apresentacao/](http://www.apracas.pt/paginas/13/euromil-apresentacao/)

Attinà F. (2005), State aggregation in defense pacts: systematic explanations, *Jean Monnet Working Papers in Comparative and International Politics*, Jean Monnet Centre EuroMed, Department of Political Studies, University of Catania. Disponível em <http://www.fscpo.unict.it/EuroMed/jmwp56.pdf>.

Barrento, M. (2001). A Instituição Militar no Século XXI. *Nação e Defesa*. 98 (2), pp. 17-31.

Barroso, L. F. M. (2008). Análise Conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Revista Militar*, 2475, pp. 1-23.

Beckley, M. (2018). The Power of Nations: measuring what matters. *International Security*, 43 (2), 7-44, Doi: [https://doi.org/10.1162/ISEC\\_a\\_00328](https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00328)

Bradley, S. (2020). Swiss militia soldiers get historic call up to fight coronavirus. *Swissinfo.ch*. Disponível em [https://www.swissinfo.ch/eng/covid-19\\_swiss-militia-soldiers-get-historic-call-up-to-fight-coronavirus/45622436](https://www.swissinfo.ch/eng/covid-19_swiss-militia-soldiers-get-historic-call-up-to-fight-coronavirus/45622436).

Cardoso, A. I., Madeira, I., Marques, F. S., Vilhena, C. P., Baptista, L. V., Resende, J. M., & Pereira, P. (2009). A profissionalização das Forças Armadas: um olhar sobre o seu pilar de sustentação, os militares do regime de voluntariado e de contrato. Fórum

Sociológico. Série II (No. 19, pp. 37-48). CESNOVA. Doi: <https://doi.org/10.4000/sociologico.338>

Central Intelligence Agency. (s.d.). CIA World Factbook: São Tomé e Príncipe. Disponível em [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print\\_tp.html](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print_tp.html)

Centro Studi Sul Federalismo. (s.d.). Economic Community of Central African States. Disponível em <http://www.internationaldemocracywatch.org/index.php/economic-community-of-central-african-states-?eprivacy=1>

Cepik, M. (2001). Segurança Nacional e Segurança Humana: problemas conceituais e consequências políticas. *Security and Defense Studies Review*, 1. Spring 2001

Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamento para um curso*. Lisboa: Instituto dos Altos Estudos Militares.

Decreto Lei n.º 02/2018. Aprova a Estratégia de Segurança Marítima. *Diário da República n.º 12*. São Tomé: Assembleia Popular Nacional.

Deutsche Welle [DW], 2016. União Africana envia 200 observadores para o Burundi. Cfr. <https://p.dw.com/p/1I40b>.

Encyclopædia Britannica. (2019), Gulf Cooperation Council, Encyclopædia Britannica, inc. <https://www.britannica.com/topic/Gulf-Cooperation-Council> acessado em abril 05, 2020.

Encyclopædia Britannica. (2020), Organization of American States. *Encyclopædia Britannica, inc.* Disponível em <https://www.britannica.com/topic/Organization-of-American-States> acessado em abril 05, 2020.

Escorrega, L. C. (2009). A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Revista Militar*, 2491/2492, pp. 1-29. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/499>

Espínola, P., & Cravidão, F. (2014). A ciência das ilhas e os estudos insulares: Breves reflexões sobre o contributo da geografia. *Sociedade & Natureza*, 26 (3), 433-444. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320140303>.

EUROMIL (2016). The Use of Military Forces for Internal Security Tasks, EUROMIL NEWS. Disponível em <http://euromil.org/the-use-of-military-forces-for-internal-security-tasks/>

Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização* (5.ª Ed.). Loures: Lusociência.

Gabriel, B. (2013). As Forças Armadas dos PALOP. *JANUS*, 16, 98-99. Disponível em [http://janusonline.pt/images/anuario2013/2013\\_2\\_17.pdf](http://janusonline.pt/images/anuario2013/2013_2_17.pdf)

Gansler, J. S., & Lucyshyn, W. (2008). Commercial-off-the-shelf (cots): Doing it right. University of Maryland, Center for public police and private and enterprise. College Park, 2008. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/235011804\\_Commercial-Off-the-Shelf\\_COTS\\_Doing\\_It\\_Right](https://www.researchgate.net/publication/235011804_Commercial-Off-the-Shelf_COTS_Doing_It_Right)

Garcia, F. P. (2006). As ameaças transnacionais e a segurança dos Estados. Subsídios para o seu estudo. *Revista Negócios Estrangeiros*, 9, 339-374.

Garcia, F. P. (2015). O instrumento militar e as Forças Armadas. *Revista Militar*, 2556, 17-32.

Giegerich, B. Childs, N. & Hackertt, J. (2018) Military capability and international status. International Institute for Strategic Studies. Disponível em <https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2018/07/military-capability-and-international-status>.

Global Security.org, s.d. Gulf Cooperation Council [GCC]. Disponível em <https://www.globalsecurity.org/military/world/gulf/gcc.htm>.

Governo de São Tomé e Príncipe. (2015). Agenda de Transformação no Horizonte 2030. Disponível em [http://www.st.undp.org/content/dam/sao\\_tome\\_and\\_principe/docs/Centre%20de%20press/undp\\_st\\_GLAgenda\\_Pt.pdf](http://www.st.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/docs/Centre%20de%20press/undp_st_GLAgenda_Pt.pdf)

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2004). *Econometria Básica* (3). São Paulo: Makron Books.

Hewish, T. (2015). The Commonwealth's call to duty. *The Strategist*. Disponível em <https://www.aspistrategist.org.au/the-commonwealths-call-to-duty/>.

Instituto Universitário Militar [IUM] (2016). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Porto: Fronteira do Caos editores.

Jackson, M. O., & Nei, S. (2015). Networks of military alliances, wars, and international trade. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 112(50), 15277-15284.

García, R., Murillo, J., Suriñach, J., & Vayá, E. (2018) Economic impact of the ministry of defence's budget: methodological design and results for the Spanish economy, *Defence and Peace Economics*, 29:4, 459-473, DOI: 10.1080/10242694.2016.1158439.

Julian, C., Lucy, T., & Farr, J. (2011). Commercial-off-the-shelf selection process. *Engineering Management Journal*, 23(2), 63-71.

Kawaura, A. (2018). Generals in defense of allocation: Coups and military budgets in Thailand. *Journal of Asian Economics*, 58(C), 72-78. DOI: 10.1016/j.asieco.201807004

Lara, A. (2011). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão* (6ª ed.). Lisboa: ISCSP.

Leon, G. (2014). Loyalty for sale? Military spending and coups d'état. *Public Choice*, 159(3-4), 363-383.

Luz, Á. (2008). Cabo-Verde e o não-alinhamento (Dissertação de Mestrado, Academia Militar. Direção de Ensino)

Maio, H. (2013). Pooling and Sharing entre Portugal e Espanha (Tese de Mestrado, Academia Militar, Portugal.

Marçal, A. (2008). Tenente Coronel reage ao artigo de Danilo Salvaterra. *Téla Nón*. Disponível em <https://www.telanon.info/suplemento/opiniaio/2008/08/07/292/tenente-coronel-responde-ao-artigo-de-danilo-salvaterra-sobre-as-forcas-armadas/>

Marques, J. (2019). Oferta de fardamento aos militares das FASTP. *S. Tomé e Príncipe – Odisseia Nos Mares e Terras*. Disponível em <http://www.odisseiasnosmares.com/2019/12/cooperacao-portugal-s-tome-e-principe.html>

Marques, W. P. (1985). Segurança e Desenvolvimento: uma Opção ou uma Complementaridade dos Dias de Hoje. *Nação e Defesa*, 34, 73-110.

Mata, João A.D., 2013. O Modelo de Financiamento das Forças Armadas. Lisboa: IESM.

Mingst, K. (2016). International Organization. Encyclopedia Britanica.Inc. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/international-organization> acessado em abril 05, 2020

Ministere des Armees (2018). Key Figures. Corlet. Disponível em <https://www.defense.gouv.fr/> acessado em 04/04/2020.

Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2012). Decreto-lei n.º 09/2012 de 12 de julho: Orgânica das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe. Diário da República de São Tomé e Príncipe.

Ministry for Foreign Affairs, (s.d). National Security. Government of Iceland. Disponível em <https://www.government.is/topics/foreign-affairs/national-security/> .

Model Arabe League (2018). Background guide. Joint Defence Council, 2017-2018.

Munro, A (2020). Non-Aligned Movement. Encyclopedia Britanica, inc. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/Non-Aligned-Movement>

Nascimento, M. (2012). Soberania, poder e biopolítica: Arendt, Foucault e Negri. *Griot: revista de filosofia*, 6(2), 152-169.

Nato. (s.d). Smart Defence. Nato Review Magazine. Disponível em <https://www.nato.int/docu/review/Topics/EN/Smart-Defence.htm>

Neto, R. & Sacramento, N. (2018). São Tomé e Príncipe acolhe exercício militar da CPLP já em Setembro de 2018. *Agência STP-PRESS*. Disponível em <http://www.stp-press.st/2018/03/27/sao-tome-principe-acolhe-exercicio-militar-da-cplp-ja-setembro-2018/>.

Neto, Ricardo (2020). Três novos Comandantes da Chefia militar são-tomense empossados hoje pelo Primeiro-Ministro. *Agencia Stp-Press*. Disponível em <http://www.stp-press.st/2020/01/31/tres-novos-comandantes-da-chefia-militar-sao-tomense-empossados- hoje-pelo-primeiro-ministro/>

OAS. (2019). OAS Permanent Council Agrees "to not recognize the legitimacy of Nicolas Maduro's new term". Disponível em [https://www.oas.org/en/media\\_center/press\\_release.asp?sCodigo=E-001/19](https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=E-001/19)

Pasha, A. K. (2012). The Gulf Cooperation Council: a regional approach to peace, security and development. *Journal of the Indian Ocean Region*, 8(1), 90-98.

Price Water House Coopers, s.d. The Defence Industry in the 21st Century. Disponível em [www.pwc.com](http://www.pwc.com) acessado em 18/04/20.

PricewaterhouseCoopers [Pwc], (2017). Froces For Change 2017. Disponível em [www.pwc.co.uk/publicsector](http://www.pwc.co.uk/publicsector) . acessado em 02/04 /2020.

Quivy, R., & Campenhout, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6 ed.). Lisboa: Gradiva.

Rasmussen, M. J. M. (1999). The Military Role in Internal Defense and Security: Some Problems. The Center for Civil-Military Relations - Naval Postgraduate School. California: Monterey.

Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Lisboa: Gradiva.

Roser, M. & Nagdy, M. (2020) - "Military Spending". OurWorldInData.org. Disponível em <https://ourworldindata.org/military-spending> , acessado em abril 05, 2020.

Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses* (3 ed.). Lisboa: Universidade Lusíadas.

Shani, G. (2020). Securitizing 'Bare Life'? Human Security and Coronavirus. *E-INTERNATIONAL RELATIONS*. Disponível em <https://www.e-ir.info/2020/04/03/securitizing-bare-life-human-security-and-coronavirus/>

Stockholm International Peace Research Institute [SIPRI] (2018). SIPRI Military Expenditure Database. STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Disponível em <https://www.sipri.org/databases/milex>

Taylor & Francis Group (2020a). Chapter Ten: Military Cyber Capabilities. *The Military Balance*, 120(1), 515-518.

Taylor & Francis Group (2020b). Chapter Nine: Sub-Saharan Africa. *The Military Balance*, 120(1), 444-514.

Taylor & Francis Group (2020c). Chapter Eight: Latin America and the Caribbean. *The Military Balance*, 120(1), 388-443.

Taylor & Francis Group (2020d). Chapter Seven: Middle East and North Africa. *The Military Balance*, 120(1), 324-387.

Taylor & Francis Group (2020f). Chapter Six: Asia. *The Military Balance*, 120(1), 220-323.

Taylor & Francis Group (2020g). Chapter Four: Europe. *The Military Balance*, 120(1), 64-165.

Taylor & Francis Group (2020h). Chapter Five: Russia and Eurasia. *The Military Balance*, 120(1), 166-219.

Taylor & Francis Group (2020i). Chapter Three: North America. *The Military Balance*, 120:1, 28-63.

Taylor & Francis Group (2020j). Explanatory notes. *The Military Balance*, 120(1), 519-526.

The Express Tribute, 2011. Peninsula Shield Force: Gulf troops move in as Bahrain protests escalate. Cfr. <https://tribune.com.pk/story/132454/saudi-troops-enter-bahrain-as-protests-escalate/>

Tognina, A. (2019). É possível recusar o serviço militar obrigatório?. Swissinfo.ch. Disponível em [https://www.swissinfo.ch/por/politica/objeto-de-consci%C3%Aancia\\_%C3%A9-poss%C3%ADvel-recusar-o-servi%C3%A7o-militar-obrigat%C3%B3rio-/45307038](https://www.swissinfo.ch/por/politica/objeto-de-consci%C3%Aancia_%C3%A9-poss%C3%ADvel-recusar-o-servi%C3%A7o-militar-obrigat%C3%B3rio-/45307038)

TVI24. (2017). Furacão Irma atinge Caraíbas com ventos de quase 300 km/h. TVI24. Disponível em <https://tvi24.iol.pt/internacional/barbuda/furacao-irma-atinge-caraibas-com-ventos-de-quase-300-quilometros>.

UA (2005). Pacto de Não-Agressão e de Defesa Comum da União Africana; adotado pela quarta sessão ordinária da conferencia, realizada em Abuja, Nigéria, segunda-feira, 31 de janeiro de 2005.

United States Africa Command. (2017). 5 Things You Need to Know About Obangame Express 2017. Disponível em <https://www.africom.mil/media-room/Article/28755/5-things-you-need-to-know-about-obangame-express-2017>

Vaicekauskaitė, Z. M. (2017). *Journal on Baltic Security*; 3(2): 7–15

Veiga, A. (2020). Pirataria marítima no golfo da Guiné cresceu 50% em 2019. *Téla Nón*. Disponível em <https://www.telanon.info/politica/2020/01/27/31070/pirataria-maritima-no-golfo-da-guine-cresceu-50-em-2019/>

Veiga, Abel (2013). China Popular abriu representação de ligação em São Tomé. *Téla Nón*. Disponível em <https://www.telanon.info/politica/2013/11/13/14904/china-popular-abriu-representacao-de-ligacao-em-sao-tome/>

Wanders, Y. (2020). Suíça é o país com maior índice de jovens aptos ao serviço militar na Europa Ocidental. *Defesatv*. disponível em <https://www.defesa.tv.br/suica-e-o-pais-com-maior-indice-de-jovens-aptos-ao-servico-militar-na-europa-ocidental/>.

Wiberg, H. (1987). The Security of Small Nations: Challenges and Defences. *Journal of Peace Research*, 24(4), 339-363. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/424427>.

Wiberg, H. (1987). The Security of Small Nations: Challenges and Defences. *Journal of Peace Research*, 24(4), 339-363. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/424427>.

World Economic Forum, (2018). The three types of military power and how to measure them. *World Economic Forum*. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2018/07/the-three-types-of-military-power-and-how-to-measure-them/>

Wooldridge, J. (2013). *Introductory Econometrics*, (5th ed) Editora Cengage Learning.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - DIFERENTES ABORDAGENS AO CONCEITO DE SEGURANÇA

Quadro n.º 2 - Diferentes Abordagens para o Conceito de Segurança

| Abordagens                          | Teorias   |
|-------------------------------------|---|
| Abordagem Tradicional               | luta pelo poder;<br>é dever do estado garantir a sua própria segurança;<br>paz permanente era utópica;<br>balanceamento de poder entre os estados;                                      |
| Segurança Humana                    | segurança humana é um assunto de dignidade humana e não de armas;   |
| Segurança societal (ou identitária) | sociedade é acerca da identidade;<br>salvaguarda da identidade societal (tradição, cultura, língua, associação, de costume, religião);  |
| Segurança Ambiental                 | as políticas de segurança devem fazer sentido ecológico;<br>o ambiente é o sistema de suporte básico de que todos dependemos;<br>alterações climáticas como multiplicadores de ameaças; |
| Segurança cooperativa e a coletiva  | construir a paz através de vantagens coletivas;<br>associação de potências que organiza a paz comum;  |
| Segurança energética                | aumento da dependência energética, é cada vez importação de petróleo e gás;   |

Fonte: elaboração própria.

## **APÊNDICE B - CARACTERÍSTICAS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Acerca do conhecimento científico, Almeida, & Freire (2000: 21-22), referem que é um conhecimento obtido através do método científico, salientando como principais características as seguintes:

- Objetivo, descreve a realidade como é e não como se gostaria que fosse; - Empírico, baseado nos fenómenos (ocorrências) e nos factos (realidades);
- Racional, mais assente na razão e na lógica do que na intuição;
- Replicável, as mesmas condições, em diferentes locais e com diferentes experimentadores, devem proporcionar resultados idênticos;
- Sistemático, deve constituir um todo coerente e integrado em sistemas mais amplos;
- Metódico, obtido através de procedimentos e de estratégias fiáveis mediante o cumprimento de planos rigorosos;
- Comunicável, conhecido, claro, preciso e, reconhecido pela comunidade científica;
- Analítico, procura entrar na complexidade dos fenómenos;
- Cumulativo, constrói-se e estrutura-se a partir de conhecimentos científicos anteriores.

## APÊNDICE C - FATORES DO POTENCIAL ESTRATÉGICO E SEUS PARÂMETROS

Quadro n.º 3 - Fatores do potencial estratégico e seus parâmetros

| FATORES  | PARÂMETROS  |
|--|---|
| <p><b>Físico</b></p> <p>Definição: É o fator estável do potencial estratégico, em que estudamos as características do território e analisamos o meio envolvente.</p> | <p>Território</p> <p>Mar</p> <p>Ar e clima</p>  |
| <p><b>Humano</b></p> <p>Definição: Características da população e do seu modo de vida</p>  | <p>Quantidade</p> <p>Estrutura</p> <p>Características físicas, morais e intelectuais</p>  |
| <p><b>Recursos naturais e comunicações</b></p> <p>Definição: Avaliação dos meios disponíveis.</p>  | <p>Recursos naturais</p> <p>Comunicações</p>  |
| <p><b>Histórico</b></p> <p>Definição: Dinâmica histórica da conquista e manutenção da independência.</p>   | <p>Objetivos históricos e sua evolução</p> <p>Principais guerras e disputas</p> <p>Linhas de força históricas da política externa</p>   |
| <p><b>Económico</b></p> <p>Definição: Análise da gestão dos recursos e dos seus resultados.</p>  | <p>Características gerais</p> <p>Sector primário</p> <p>Sector secundário</p> <p>Sector terciário</p> <p>Organização financeira</p> <p style="padding-left: 40px;">População ativa</p> <p style="padding-left: 40px;">Coordenação geral da economia</p> |
| <p><b>Sociocultural</b></p>  | <p>Estrutura social</p> <p>Religião</p>   |

|  |  |
|--|--|
| <p>Definição: Características das atitudes, crenças e modo de vida da população.</p>                   | <p>Educação<br/>Saúde<br/>Segurança e bem-estar social<br/>Trabalho<br/>Comunicação social<br/>Comportamento/atitudes da população</p>   |
| <p><b>Científico-tecnológico</b><br/>Definição: Avaliação da capacidade de investigação científica</p> | <p>Papel do Estado<br/>Principais organismos de investigação<br/>Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução</p>   |
| <p><b>Político-administrativo</b><br/>Definição: Análise da organização dos órgãos de decisão.</p>     | <p>Sistema político<br/>Organização político-administrativa<br/>Sistema judicial<br/>Organização geral da defesa nacional<br/>Ordem pública e segurança interna<br/>Dinâmica política<br/>Política interna<br/>Política externa</p>  |
| <p><b>Militar</b><br/>Definição: Avaliação dos meios militares.</p>                                    | <p>Bases institucionais<br/>Características gerais do serviço militar<br/>Missões gerais<br/>Organização<br/>Meios<br/>Sistemas operacionais permanentes<br/>Sistemas de recrutamento<br/>Sistemas de convocação e de mobilização militar<br/>Logística<br/>Meios financeiros afetados às forças armadas<br/>Mobilidade estratégica<br/>Acordos e alianças militares</p> |

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
|  | Relações com as forças de segurança |
|--|-------------------------------------|

**Fonte: adaptado de Couto (1988).**

**APÊNDICE D - INQUERITO POR ENTREVISTA AO CORONEL  
ALFREDO MARÇAL LIMA, SECRETARIO GERAL DA POLÍTICA  
DE DEFESA NACIONAL**

**Guião de Entrevista**

**PREÂMBULO:**

A presente entrevista insere-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, para conclusão do ciclo de estudos do mestrado integrado em Administração Militar, o qual, versa sobre o tema: “*Dimensão Orçamental da Defesa de um pequeno Estado Insular - O caso de São Tomé e Príncipe.*”. A RDSTP é um estado de pequena dimensão, com uma economia pouco desenvolvida e as suas Forças armadas – FASTP, possuem severas dificuldades em acompanhar as tendências dos exércitos modernos. Neste sentido importa abordar a dimensão Orçamental Defesa. O objetivo é analisar e comparar as Políticas de Defesa Nacional, e comprometimentos do PIB de casos análogos, e comparar com a RDSTP.

As respostas serão utilizadas apenas para fins académicos. Agradecemos que seja verdadeiro(a) e honesto(a) nas suas respostas.

|                              |
|------------------------------|
| <b><u>OEntrevistado:</u></b> |
|------------------------------|

**Nome:** Alfredo Marçal Lima

**Posto/ Função:** Coronel na reserva, Secretario Geral da Política de Defesa Nacional

**Local:** S.Tomé

**Data:** 21-04-2020

**GUIÃO**

**1.1 Como qualquer outra instituição as forças armadas requerem uma estrutura de suporte, o que implica gastos. O Existe financiamento suficiente para garantir a sua sustentação?**

*Não, o financiamento para despesas corrente está assegurado. Refiro-me a salários, combustível, consumíveis e outros. O problema coloca-se em relação a despesas de capital. (investimentos na modernização).*

**1.2 Existem financiamentos para investimentos tendo em vista sua modernização e melhor capacitação e melhoria das condições do pessoal existente?**

*Bastante exíguo, com ressalvas na vertente formação, onde com o apoio de parceiros externos tem se vindo a melhorar bastante esta componente.*

**1.3 As FASTP possuem capacidades necessárias para garantir o controlo e vigilância dos espaços marítimos, assim como o cumprimento das missões de interesse público atribuídas à Marinha?**

*Não. A actual capacidade instalada de algum controlo das águas sob a jurisdição nacional tem o apoio direto de parceiro externo.*

## **Reconhece o contributo das OI, (alianças estratégicas ou cooperações bilaterais) para o fortalecimento das FASTP?**

*As FASTP não integram nenhuma aliança estratégica.*

*No entanto deve ser reconhecido o contributo das cooperações bilaterais. Olhando para o caso da segurança marítima por exemplo, temos vindo a contar com o apoio de parceiros como Portugal, Brasil, EUA essencialmente.*

*Basta dizer que Portugal tem destacado em STP uma lanha patrulha de nome Zaire há quase 2 anos.*

### **1.4 Para além da defesa militar as FASTP prestam outros tipos de serviços de natureza social (apoio a população, formação profissional, etc.)?**

*Sim. Em cumprimento no previsto na lei da defesa nacional e das forças armadas, as FASTP têm prestado outros serviços de natureza social. As FASTP hoje com o Pelotão independente de engenharia, com o chamado on Job training, lança anualmente no mercado trabalho jovens (após o cumprimento do SMO) com formação profissional nas áreas de pedreiro, carpinteiro, ladrilheiro serralheiro, pintor e outros profissionais.*

### **1.5 As FASTP têm em vista o desenvolvimento de estratégias para cooperar com a polícia nacional em matéria de segurança interna (ex. criminalidade transnacional organizada)?**

*Sim. A legislação militar em vigor já prevê a possibilidade de militares participarem conjuntamente com a polícia em missões de segurança interna.*

#### **1.5.1 Quais são as prioridades?**

*Apoio a segurança em processos eleitorais, apoio em situações de tumultos violentos e outras formas de alteração de ordem pública grave. Esta colaboração ou participação das FASTP em eventos acima citados é feita a pedido e sob o comando da polícia nacional.*

### **1.6 As FASTP têm prestado algum tipo de apoio a sociedade civil para fazer face a conjuntura actual (Covid-19)?**

*Sim, de que maneira. As FASTP têm tido uma participação muito activa nas acções de prevenção do COVID 19.*

*Só para dar exemplos, estamos desde início fazendo a segurança dos espaços de quarentena, montamos as tendas oferecidas pela OMS para acolher os possíveis casos de infecção, estamos no apoio directo ao processo de transferência das feirantes do mercado municipal para o mercado de Bobo Forro, visando cumprir o princípio de distanciamento social, etc.*

### **1.7 Na sua opinião existem outros países (próximos) ou métodos, a que STP poderia recorrer de modo a ver a sua segurança marítima reforçada? 56**

*De fato existem outros países da região ou melhor da sub-região com os quais STP pode estabelecer parcerias para a fiscalização conjunta das respetivas águas jurisdicionais.*

*No que tange a ZONA CONJUNTA COM A NIGÈRIA, hoje não representa instrumento de reforço da segurança para STP. Pode ser que no futuro estando em pleno funcionamento*

---

<sup>56</sup> Como por exemplo o "tratado assinado entre São Tomé e Príncipe e Nigéria para a segurança da zona marítima conjunta e criação de uma Força Conjunta que nunca se materializou.

possa jogar esse papel importante.

É preciso dizer que a Zona Conjunta não tem como vocação garantir a segurança de STP.

### **1.8 Gostaria de acrescentar alguma coisa à entrevista?**

*Em países pobres como é o caso de STP, manter umas Forças Armadas dentro dos padrões normalmente exigíveis, não é fácil.*

*Os tempos que correm são muito exigentes, em todas as vertentes, os nossos orçamentos não têm disponibilidade financeira para financiar o reequipamento, a modernização, a formação, o treino das Forças Armadas. Razão pela qual nos nossos países as Forças Armadas têm que ser um instrumento de duplo uso. Serem pequenas flexíveis e polivalentes. A cooperação e as parcerias têm de ter um lugar importante.*

*Muito Obrigado pela Disponibilidade e Colaboração.*

André Santiago Lima

Asp Al AdMil

# APÊNDICE E - INQUERITO POR ENTREVISTA AO TENENTE GUIMARÃES, OFICIAL DA SEÇÃO LOGÍSTICA E FINANCEIRA DAS FASTP

## Guião de Entrevista

### PREÂMBULO:

A presente entrevista insere-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, para conclusão do ciclo de estudos do mestrado integrado em Administração Militar, o qual, versa sobre o tema: “*Dimensão Orçamental da Defesa de um pequeno Estado Insular - O caso de São Tomé e Príncipe.*”. A RDSTP é um estado de pequena dimensão, com uma economia pouco desenvolvida e possui imensas dificuldades em acompanhar as tendências dos exércitos modernos. Na investigação iremos abordar a dimensão Orçamental Defesa em pequenos Estados. Para tal iremos recorrer a análise regressão múltipla a fim de agregar variáveis que em conjunto melhorem a explicação do fenómeno em que estou interessado (Dimensão orçamental da Defesa), construindo deste modo uma investigação correlaciona (relacionar efeitos de variáveis, apreciar interações e diferenciar grupos). Procuramos obter com esta entrevista semiestruturada outros *insights* de especialistas ligados ao tema. As respostas serão utilizadas apenas para fins académicos. Agradecemos que seja verdadeiro(a) e honesto(a) nas suas respostas.

### O Entrevistado:

- 1.9 Nome: David Conceição Guimarães
- 1.10 Posto/ Função: Tenente ADMIL
- 1.11 Local: República Popular da China
- 1.12 Data: 12/03/2020

## GUIÃO

### O Existe financiamento suficiente para garantir a sua sustentação?

*“As FASTP é uma instituição que depende diretamente do estado. Como em muitos outros sectores do estado, o orçamento atribuído as FASTP fica muito aquém das suas necessidades. O MDN agrega as FASTP, as Forças de Serviço e Segurança e ainda outros sectores. No que diz respeito as FASTP, esta esta dividida em Estado Maior General, Exército, Guarda Costeira e Região Militar do Príncipe. Na elaboração do orçamento das FASTP, existem muitas rubricas e sub-rubricas e em cada uma delas são atribuídas um plafond (valor anual) de acordo com os planos de atividades. As grandes e principais rubricas diz respeito a Víveres, Combustível e Lubrificantes, Manutenção, Saúde e Formação. No que concerne a Combustível e Lubrificantes é atribuída diretamente pelo estado através do Fornecedor, ou seja, esse valor não é atribuída diretamente as FASTP (mal menor). A única verba atribuída diretamente as FASTP é da rubrica Víveres e é com esse valor que as FASTP utiliza, claro para Víveres e ainda para cobrir outras rubricas, sobretudo Manutenção. Logo, o valor nunca será suficiente para satisfazer todas as necessidades. Porém, tem-se notado um esforço do Governo em garantir uma melhoria. “*

## **Existem financiamentos para investimentos tendo em vista sua modernização e melhor capacitação?**

Como referi acima, nestes últimos anos, tem-se notado algum esforço do Governo em garantir uma melhoria da nossa situação, no que concerne a modernização e capacitação dos nossos quadros. Tem havido alguns acordos de cooperação e com isso a tal melhoria, em meios materiais, formação, infraestrutura, saúde, alimentação, no entanto, tudo ainda numa fase inicial. Porém, com grandes expectativas num futuro muito próximo.”

## **Em que alianças estratégicas as FASTP atualmente estão integradas?**

*“Existem acordos de cooperação com alguns países, nomeadamente Portugal, Brasil, EUA, Angola, dentre outros. Importa destacar também a República Popular da China, no qual assinamos acordo de cooperação em 2016.”*

### **1.13 De que modo estas alianças têm beneficiado o estado São-tomense?**

*Dada a nossa realidade, dimensão e localização estratégica, essas alianças têm em muito beneficiado (ajudado), o nosso país e sobretudo a nossa instituição, nomeadamente nas áreas ligada a formação, capacitação com meios materiais, saúde dentre outras.*

### **1.14 As FASTP têm integrado missões internacionais?**

No combate a pirataria marítima no golfo da Guine juntamente com outros países que fazem parte do mesmo Golfo, contudo estas não seriam propriamente classificadas como missões no estrangeiro uma vez que destina -se apenas a reforçar a segurança marítima regional limitando-se a pequenos patrulhamentos na zona dentro das águas territoriais.

### **1.15 Para além da defesa militar as FASTP prestam outros tipos de serviços de natureza social (apoio a população, segurança interna, formação profissional, etc.)?**

Os serviços sociais de apoio a população e de garantir a satisfação das suas necessidades básicas integra as missões secundária das FASTP, uma vez que a primária, prende-se com a defesa militar do País. As FASTP têm mantido sempre a cooperação com as Forças de segurança de modo a efetivar a segurança interna, presta apoio social em conjunto com a Cruz Vermelha, dentre outros serviços de apoio ao público.

### **1.16 Gostaria de acrescentar alguma coisa à entrevista?**

*“As FASTP têm vindo a sofrer (para melhor) algumas mudanças na sua estrutura, o que nos deixa com grandes expectativas para futuro próximo no que concerne a sua modernização e profissionalização. No entanto ainda está numa fase inicial. Existe ainda muito trabalho a ser feito para que isso se efetiva na globalidade.*

*No que concerne ao orçamento das FASTP face as suas reais necessidades, acreditamos que com as alianças acima referida e com alguns esforços por parte de Governo, havemos de cumprir conseguir cumprir, pelo menos com o que é efetivamente planeado e que consta nos nossos orçamentos, de modo a garantir a satisfação de todas necessidades.”*

### **1.17 Conhece alguém com alguma maturidade nesta área de estudo onde poderíamos**

**buscar mais esclarecimentos?**

*“Coronel Marçal Lima (MDN)*

*Dra Lassaete Neto (MDN)*

*Cap ADMIL Vladimir Paiva “*

*Muito Obrigado pela Disponibilidade e Colaboração.*

*André Santiago Lima*

*Asp Al AdMil*

# APÊNDICE F - INQUÉRITO POR ENTREVISTA AO COMISSARIO JÓAO PEDRO CRAVID, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E FORMAÇÃO DA PNSTP

## Guião de Entrevista

### PREÂMBULO:

A presente entrevista insere-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, para conclusão do ciclo de estudos do mestrado integrado em Administração Militar, o qual, versa sobre o tema: “*Dimensão Orçamental da Defesa de um pequeno Estado Insular - O caso de São Tomé e Príncipe.*”. A RDSTP é um estado de pequena dimensão, com uma economia pouco desenvolvida e as suas Forças armadas – FASTP, possui severas dificuldades em acompanhar as tendências dos exércitos modernos. Neste sentido importa abordar a dimensão Orçamental Defesa. O objetivo é analisar e comparar as Políticas de Defesa Nacional, e comprometimentos do PIB de casos análogos, e comparar com a RDSTP.

As respostas serão utilizadas apenas para fins académicos. Agradecemos que seja verdadeiro(a) e honesto(a) nas suas respostas.

|                               |
|-------------------------------|
| <b><u>O Entrevistado:</u></b> |
|-------------------------------|

**1.18 Nome:** João Pedro Cravid

**1.19 Posto/ Função:** Comissário da PNSTP de STP, Diretor do Departamento de Estudos, Planeamento e Formação da PNSTP

**1.20 Local:** RDSTP

**1.21 Data:** 11/05/2020

## GUIÃO

**De que modo a PNSTP é apoiada pelas FASTP, atualmente, em matéria de segurança interna?**

*“As FASTP, independentemente de estar vocacionada para a garantir da segurança externa a partir da proteção da nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE) e situações de guerra (se*

*necessário for), também tem a vertente de segurança interna bastante presente. Neste sentido, o principal apoio que as FASTP colocam à disposição da PNSTP, como a principal instituição vocacionada para a garantia da segurança Interna, é na vertente da manutenção e reposição da ordem pública. Dentro do Exército existe a Polícia Militar (PM). A PM é muitas vezes solicitada para reforço de patrulhamento em atividades que envolva grandes aglomerados de pessoas, como festas religiosas, festivais, atividades desportivas, etc., e de acordo à situação inopinada de desordem pública, ou, feita a análise de risco, considerar-se de alto risco, também aciona-se a PM para reforçar a capacidade de resposta da PNSTP que, infelizmente, padece com a carência de efetivo. Além disso, periodicamente realiza-se patrulhamentos conjuntos (mistos) com a mesma finalidade.”*

### **Como caracteriza a interação entre as FASTP e a PNSTP?**

*“Nos últimos anos caracterizo como Boa. Infelizmente nem sempre foi assim e considero que podem melhorar muito mais. Outrora havia muitos conflitos entre as duas instituições, principalmente de foro disciplinar. Ou seja, o respeito mútuo. Todos sabem quais são as suas atribuições, mas o que feria as relações são as relações humanas e o desrespeito pelo trabalho do outro. Neste caso, considero que era mais respeito dos militares para com o trabalho dos polícias do que o contrário. Entretanto, e de acordo às lideranças que temos tido, a chegada de uma grande camada jovem, principalmente na categoria de Oficial, tem contribuído para a melhoria das relações. Entretanto, considero que ainda podem melhorar, principalmente pelo respeito das normas impostas, onde, de per si, considero que nós das "Forças" devemos ser os primeiros a dar o exemplo: falo, por exemplo, do uso do capacete. É um incumprimento generalizado dentro dos efetivos das Forças de Defesa e Segurança, mas considero que a força para esse desrespeito é pelo incumprimento dos militares.”*

### **Dentro de uma logica de segurança "societal" e de "homeland security", o que se poderia esperar de uma cooperação entre as FASTP e PNSTP?**

*“Penso que esta questão vem de encontro ao que já havia respondido. A PNSTP precisa das FASTP para a garantia da segurança pública, principalmente devido a carência de efetivo. Incompreensível (para mim) o efetivo das FASTP é manifestamente superior, quando considerado que a carga de trabalho junto à população é superior para a PNSTP. Por isso, é incontornável não termos as FASTP no auxílio da manutenção da ordem pública e garantia da paz social.”*

**Não obstante a distinção entre as missões das forças armadas e as forças de segurança, de modo as FASTP poderiam reforçar as capacidades PNSTP?**

*“Como já havia dito, as FASTP reforçam as capacidades musculadas da PNSTP através da Polícia Militar, em todas as vertentes da segurança pública. Contudo, é importante frisar que qualquer auxílio na garantia da segurança interna, mesmo que constante e permanente, deve ser solicitado pela PNSTP e devidamente autorizado.”*

**Tendo em conta a realidade do país, considera vantajoso que haja uma maior interligação entre as políticas de defesa nacional e as políticas de segurança interna?**

*“Esta pergunta é bastante pertinente. Sim, muito vantajoso e sempre fui defensor disso. FASTP tem uma grande capacidade de cooperação internacional e a PNSTP também. Contudo, tendo em conta a dinâmica do mundo atual, o facto de sermos um país privilegiado em termos de ameaças de guerra, poderíamos aprofundar ainda mais as relações, principalmente em termos de formações. Felizmente parece-me que de alguma forma isso acabará por acontecer.*

*Há vezes defensoras de termos uma estrutura semelhante às ilhas Maurícias, onde existe uma Marinha altamente capacidade e todo o respeito é vocacionada para a segurança interna/pública. Sinceramente sou apologista desta versão. Não digo tirar a honra, o brio das FASTP, mas adaptar à realidade de São Tomé e Príncipe, sendo ilhas e sem historial de guerras.”*

**Que obstáculos poderiam surgir para a implantação de políticas mais integradoras entre estes dois órgãos?**

*“Penso que é o pensamento de que as FASTP iriam subordinar-se aos interesses da PNSTP; que deixaria de existir a verdadeira FASTP; que perderiam a sua identidade. Falo isto se pensarmos na vertente da melhoria do sistema de segurança interna e da segurança da nossa ZEE.”*

**1.22 Gostaria de acrescentar algo à entrevista?**

*“A ideia de haver um reforço na Marinha (Guarda Costeira) e quase que extinção do Exército parece chocante e inadmissível, mas, como já disse, há países com realidades*

*similares à nossa onde isso acontece. Se falarmos da Presidência, da Guarda de Honra, pode-se criar uma Unidade específica para tal. Mas tenho a consciência que seria uma verdadeira "guerra", por isso só deixo para reflexão futura."*

*Muito Obrigado pela Disponibilidade e Colaboração.*

André Santiago Lima

Asp Al AdMil

# APÊNDICE G - INQUÉRITO POR ENTREVISTA AO ECONOMISTA ADELINO SANTIAGO CASTELO DAVID

## Guião de Entrevista

### PREÂMBULO:

A presente entrevista insere-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, para conclusão do ciclo de estudos do mestrado integrado em Administração Militar, o qual, versa sobre o tema: “*Dimensão Orçamental da Defesa de um pequeno Estado Insular - O caso de São Tomé e Príncipe.*”. A RDSTP é um estado de pequena dimensão, com uma economia pouco desenvolvida e as suas Forças armadas – FASTP, possui severas dificuldades em acompanhar as tendências dos exércitos modernos. Neste sentido importa abordar a dimensão Orçamental Defesa. O objetivo é analisar e comparar as Políticas de Defesa Nacional, e comprometimentos do PIB de casos análogos, e comparar com a RDSTP.

As respostas serão utilizadas apenas para fins académicos. Agradecemos que seja verdadeiro(a) e honesto(a) nas suas respostas.

|                               |
|-------------------------------|
| <b><u>O Entrevistado:</u></b> |
|-------------------------------|

**1.23 Nome:** Adelino Santiago Castelo David

**1.24 Especialidade:** Economista. Desempenhou também as funções de Ministro do Plano e Finanças da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, nos anos de 1999-2001 e 2004-2005;

**1.25 Local:** São Tomé

**1.26 Data:** 02/05/2020

## GUIÃO

**1.27 Como qualquer outra instituição as forças armadas requerem uma estrutura de suporte, o que implica gastos. Acredita que o financiamento atual seja suficiente para garantir a sustentação e desenvolvimento da nossa estrutura de defesa?**

*“O financiamento actual não é suficiente para garantir a sustentação e desenvolvimento da*

*nossa estrutura de defesa.”*

**1.28 Na sua opinião as nossas Forças armadas estão estruturadas em função do meio e da nossa sociedade?**

*“Eu acredito que as nossas Forças Armadas não estão estruturadas em função do meio e da nossa sociedade.”*

**1.29 Tendo em conta a situação do país, considera essenciais que sejam feitos ajustes na PDN atual?**

*“Eu considero deveras necessária que se deve proceder ajustes na PDN, de tal forma que a mesma esteja de acordo com a real situação do país. “*

**1.30 Quais deveriam ser as prioridades?**

*Do meu ponto de vista, a definição das prioridades teria em conta, entre outros, os seguintes aspectos:*

- i) Capacidade organizativa (fraca capacidade humana e institucional);*
- ii) Capacidade económica e financeira do país (fraca, exportação limitada a 2 a 3 produtos, com o cacau a representar mais de 80%, dependência do exterior);*
- iii) Dimensão territorial física do país (pequena: 1001 Km<sup>2</sup>) e marítima: 160 Km);*
- iv) Situação geográfica do país (insular, distante da costa africana: ca 300 Km);*
- v) Arquipélago Insularidade do país (Ilhas principais: S.Tomé e Príncipe)*

*Considerando os aspectos acima mencionados (País arquipélago e com a dimensão territorial marítima cerca de 160 vezes maior do que a dimensão territorial), cuja relação não deve ser analisada isoladamente, a primeira prioridade seria orientar a PDN para a segurança marítima, assente nas seguintes questões:*

- 1. Elaboração do diagnóstico da segurança marítima, nas suas mais variadas vertentes, para a definição de uma PDN que garanta uma segurança marítima sadia (avaliação da situação existente, envolvendo meios humanos, financeiro, estrutura organizacional, materiais, inclusive cooperação com os outros países e organizações internacionais, particularmente os mais próximos)*

2. *Elaboração de uma nova estratégia para a segurança marítima, em que a componente/estrutura de governança, seguido do respectivo plano de acção onde definição de objectivos e metas quantitativas (para onde pretende ir/onde pretende chegar e em que prazo) é determinante, comparando-as com os resultados do diagnóstico. É preciso ter em conta que a estrutura de governança deve ser pouco pesada e flexível, considerando sempre e com rigor uma hierarquia sob forma de pirâmide.*
3. *Definição de como lá chegar, definindo os objectivos e metas intermediários, envolvendo os meios necessários.*

*Apesar de considerar a componente de segurança marítima como prioritária, não significa que a componente terrestre não seja também importante. Aliás, é minha opinião que a força terrestre deve colaborar com a polícia nacional na manutenção da ordem e segurança de bens e pessoas.*

*O limite da definição das prioridades deve ter sempre em conta aquilo que o país produz (PIB), bem como as receitas públicas que o país é capaz de arrecadar.*

### **Reconhece o contributo das Organizações Internacionais para a modernização das FASTP?**

*“O contributo das Organizações Internacionais para a modernização das FASTP é deveras importante e necessária. A fragilidade de STP, nas suas mais variadas vertentes (fraca capacidade humana e institucional, finanças débeis, entre outras) impõe o recurso à cooperação internacional para dar resposta as exigências impostas pelas FASTP.”*

### **Na sua opinião que outros tipos de contributos poderiam as FASTP dar a sociedade são-tomense no âmbito da segurança nacional (ex. cooperar com a polícia nacional em matéria de segurança interna, criminalidade transnacional organizada, etc)?**

*“Como acima já referido, é importante que que as FASTP colaborem com as outras forças paramilitares, na manutenção da ordem interna, segurança de bens e pessoas, em particular das comunidades agrícolas onde o furto é cada vez maior.”*

### **1.31 As FASTP têm prestado algum tipo de apoio a sociedade civil para fazer face a conjuntura atual (Covid-19)?**

*“Um dos excelentes exemplos na atual conjuntura, tem sido o apoio permanente que as FASTP têm prestado à população em termos de combate ao COVID-19.”*

### **1.32 Gostaria de acrescentar alguma coisa à entrevista?**

*“STP tem sido um país pacífico, é minha opinião que as FASTP deveriam também contribuir na produção de bens. Ou seja, as FASTP poderiam disponibilizar os seus soldados aos privados que necessitem e solicitem temporariamente de mão-obra para realizar tarefas agrícolas ou outras.*

*Para além disso, as FASTP deveriam ter quadros técnicos (engenheiros nas áreas de agropecuário, industrial, construção civil), para produzirem alimentos e outros, para o seu próprio abastecimento e, no caso de haver excedente, fornecer hospital, etc. “*

*Muito Obrigado pela Disponibilidade e Colaboração.*

André Santiago Lima

Asp Al AdMil

# APÊNDICE H - INQUÉRITO POR ENTREVISTA AO CORONEL LUÍS BARROSO, COMANDANTE DO RAME

## Guião de Entrevista

### PREÂMBULO:

A presente entrevista adquire relevância na medida em que o seu desenvolvimento é crucial para a prossecução do Trabalho de Investigação Aplicada, conjugado ao tema “*Dimensão Orçamental da Defesa e Segurança de um País Insular de pequena dimensão - O caso de São Tomé e Príncipe.*”. A RDSTP é um estado de pequena dimensão, com uma economia pouco desenvolvida e possui imensas dificuldades em acompanhar as tendências dos exércitos modernos. Na investigação iremos abordar a dimensão das FA’s em Estados de natureza insular. Para tal iremos recorrer a análise regressiva multivariada a fim estimar os respetivos orçamentos da defesa, quais as variáveis explicativas, e quais os respetivos coeficientes, que determinam a dimensão orçamental das Forças Armadas num dado país Insular. Procuramos obter com esta entrevista semiestruturada *insights* de especialistas ligados ao tema.

### O Entrevistado:

- 1.33 **Nome:** Luís Barroso  
1.34 **Posto/ Função:** Coronel, comandante do Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME)  
1.35 **Local:** Instituto Universitário Militar (IUM)  
1.36 **Data:** 09/05/2020

## GUIÃO

**O que considera essencial para que um estado consiga atingir e manter condições mínimas de segurança nacional?**

*Hoje em dia quando falamos de segurança incluímos não só o sector da Defesa, logo a condição de segurança máxima nunca poderá ser alcançada o ideal é que haja convergência de esforços tendo em vista alcançar os objetivos da Segurança dentre os quais encontrasse a soberania e integridade territorial, e deste modo conservar aqueles que são os interesses nacionais.*

**Para além de variáveis consideradas chave (área, população, PIB), que outros aspetos são relevantes para o dimensionamento das forças armadas de um estado?**

*As forças armadas nos tempos que correm têm servido como um elemento do que quando comparado com outros tempos, basta olharmos para as implicações de pertencer à uma organização como a NATO. Sendo um aspeto fundamental da diplomacia do estado diria que um aspeto chave seria o número de militares em missões. Ora vejamos:*

*- Só o fato de os militares irem em missões no estrangeiro já tem influências no próprio PIB, já que estes são subsidiados pelo tempo que passam fora de casa e ainda é um valor significativo.*

*- também importa pensar na perspetiva do esforço financeiro, ou seja, um país mais rico terá a partida maior capacidade para empenhar mais por exemplo se compararmos Portugal e Alemanha a partida o Alemanha possui uma maior capacidade de enviar mais militares para o estrangeiro e consequentemente mais peso exerce essa variável para os gastos das FA*

**Tratando-se um pequeno estado insular que outros aspetos importam realçar?**

*Sendo um país pequeno e insular, penso que o Exército e a Polícia não deveriam estar separados, antes disso deveríamos pensar numa forte Guarda Costeira dedicada ao controlo das águas fronteiriças e um exército pequeno que trabalharia conjuntamente com a polícia nacional porque na minha opinião não faz sentido aquilo andar separado.*

**Qual é sua opinião acerca do serviço militar obrigatório no caso das RDSTP ?**

*Na minha opinião não faz sentido já que estaríamos a manter uma grande estrutura quando nem sequer temos meios suficientes para a financiar, acredito que deveria analisar qual será o nível de ambição do país e posteriormente redefinir a estrutura das Forças Armadas, por exemplo se o país estivesse interessado em participar em missões internacionais de apoio a paz o mais logico seria adotar um sistema mais profissional recorrendo deste modo a especialização das forças.*

**Gostaria de acrescentar algo à entrevista?**

*Não.*

*Muito Obrigado pela Disponibilidade e Colaboração.*

*André Santiago Lima  
Asp Al AdMil*

## APÊNDICE I - ANÁLISE DE RESULTADOS PARA NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS FASTP

Quadro n.º 4 – Análise de resultados para nível de financiamento das FASTP

| INQUIRIDOS | PRINCIPAIS ARGUMENTOS  |
|------------|--|
| E1         | <ul style="list-style-type: none"><li>- não existe financiamento suficiente;</li><li>- financiamento para as despesas de capital é bastante exíguo</li><li>- ressalvas para a vertente da formação com imenso contributo dos parceiros externos;</li></ul>                                   |
| E2         | <ul style="list-style-type: none"><li>- o orçamento atribuído as FASTP fica muito aquém das suas necessidades;</li><li>- valor atribuído quase nunca é suficiente para satisfazer as necessidades;</li><li>- a satisfação das necessidades só é possível com o apoio dos parceiros</li></ul> |
| E3         | N/A  |
| E4         | <ul style="list-style-type: none"><li>- O financiamento atual não é suficiente para garantir a sustentação e desenvolvimento da nossa estrutura de defesa.</li></ul>   |

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE J - ANÁLISE DE RESULTADOS PARA BENEFÍCIOS DA MULTILATERALIDADE

Quadro n.º 5 – Análise de resultados para os benefícios da multilateralidade

| INQUIRIDOS | PRINCIPAIS ARGUMENTOS  |
|------------|--|
| E1         | <ul style="list-style-type: none"><li>- Reconhece os benefícios da multilateralidade para promoção da segurança no país e na região (sobretudo a nível da segurança marítima);</li><li>- Os parceiros têm contribuído imenso para melhorias a nível de formação do pessoal das FASTP;</li><li>- existem países próximos cujo a cooperação nível de segurança poderia ser reforçada.</li><li>- os parceiros externos têm contribuído para o controlo das águas sob jurisdição nacional.</li></ul> |
| E2         | <ul style="list-style-type: none"><li>- as cooperações bilaterais têm beneficiado (ajudado) em muito o nosso país e sobretudo a nossa instituição;</li></ul>   |
| E3         |  |
| E4         | <ul style="list-style-type: none"><li>- deveriam ser avaliados os mecanismos de cooperação com os outros países e organizações internacionais, particularmente os mais próximos</li></ul>  |

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE K - ANÁLISE DE RESULTADOS PARA A ADEQUABILIDADE DAS FASTP FACE A CONDIÇÃO INSULARIDDE

Quadro n.º 6 - Análise de resultados para adequação das FASTP face as condições de insularidade

| INQUIRIDOS | PRINCIPAIS ARGUMENTOS   |
|------------|---|
| <b>E1</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- As FASTP não possuem capacidade para a vigilância do território nacional;</li> <li>- as Forças Armadas têm que ser um instrumento de duplo uso.</li> <li>- as Forças Armadas deverão ser pequenas flexíveis e polivalentes.</li> </ul>   |
| <b>E2</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- as mudanças na das FASTP, deixa-nos com grandes expectativas para futuro próximo;</li> <li>- quanto a modernização e profissionalização existe ainda muito trabalho a ser feito.</li> </ul>  |
| <b>E3</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- tem a vertente de segurança interna bastante presente;</li> <li>- A PNSTP precisa das FASTP para a garantia da segurança pública;</li> <li>- deveria haver um aprofundamento de relações relativamente em termos da formação.</li> </ul>   |
| <b>E4</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- as FASTP não estão estruturadas em função do meio e da nossa sociedade;</li> <li>- considera pertinente que sejam feitos ajustes a PDN;</li> <li>- fraca capacidade humana e institucional</li> <li>- as FASTP deveriam contribuir também para a produção de bens (colaborando com os privados para produção de produtos agrícolas ou outros)</li> </ul> |

- as FASTP deveriam possuir quadros técnicos que possibilitassem a produção de alimentos para seu próprio sustento, e no caso de excedente, fornecer ao hospital, etc.

**Fonte: Elaboração própria.**

## APÊNDICE L - ANÁLISE DE RESULTADOS PARA EMPREGO DAS FASTP NO AMBITO DA SEGURANÇA INTERNA

Quadro n.º 7 - Análise de resultados para o emprego das FASTP no âmbito da segurança interna

| INQUIRIDOS | PRINCIPAIS ARGUMENTOS  |
|------------|--|
| <b>E1</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>- A legislação já prevê uma possibilidade dos militares operarem conjuntamente em missões de segurança interna;</li><li>- As FASTP têm tido uma participação muito ativa nas ações de prevenção do COVID 19.</li></ul> |
| <b>E2</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>- as FASTP tem mantido sempre a cooperação com as Forças de segurança de modo a efetivar a segurança interna.</li></ul>  |
| <b>E3</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>- a chegada de uma grande camada jovem, principalmente na categoria de Oficial, tem contribuído para a melhoria das relações;</li></ul>  |
| <b>E4</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>- a força terrestre deve colaborar com a polícia nacional na manutenção da ordem e segurança de bens e pessoas;</li></ul>  |

Fonte: Elaboração própria.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - LISTA DOS PAÍSES E SUAS RESPETIVAS ALIANÇAS

Tabela n.º 5 - Lista de países e suas respectivas alianças

| <b>Países</b>         | <b>Alianças</b>                          | <b>Potencial aliado</b> |
|-----------------------|--|-------------------------|
| Antígua e Barbuda (P) | ALBA, NAM, CW, OAS, OECS, UN,            | 110                     |
| Bahamas               | NAM, CW, OAS, RP, UN,                    | 110                     |
| Barbados (P)          | NAM, CW, OAS, UN,                        | 70                      |
| Brunei (P)            | ASEAN, NAM, CW, IMCTC, OIC, UN           | 70                      |
| Bahrein               | AL, NAN, GCC, IMCTC, MNNA, OIC, UN, IMSC | 190                     |
| Belize                | NAM, CW, OAS, SICA, UN,                  | 80                      |
| Burundi               | AU, NAM ,G7plus, UN                      | 70                      |
| Cabo Verde            | AU, NAM, ECOWAS, UN,                     | 100                     |
| Chipre/Cyprus         | CW, EU, OSZE, UN                         | 70                      |
| Djibouti              | AU, NAM, G7plus, UN                      | 120                     |
| Dominica Rep.         | NAM, OAS, SICA, UN,                      | 150                     |
| Fiji                  | AF, NAM, UN,                             | 60                      |
| Guiana                | NAM, , CW, OAS, OIC, UN, USAN,           | 90                      |
| Guine Equatorial      | AU, NAM, UN                              | 60                      |
| Islândia              | NATO, OSZE                               | 110                     |
| Luxemburgo            | EU, NATO, OSZE, UN,                      | 70                      |
| Malta                 | CW, EU, OSZE, UN,                        | 70                      |
| Maurícia              | AU, NAM, CW, SADC, UN,                   | 80                      |

|                     |  |     |
|---------------------|--|-----|
| Montenegro          | NATO, OSZE, UN,                        | 70  |
| São Tomé e Príncipe | AU, NAM, CEN-SAD,<br>G7plus, UN, ZPCAS | 90  |
| Seychelles          | AU, CW, SADC, NAM, UN                  | 100 |
| Suiça               | OSZE, UN,                              | 30  |
| Timor-Leste         | NAM, CPLP, G7plus, UN,                 | 40  |
| Trinidad e Tobago   | NAM, , CW, OAS, RP, UN,                | 110 |

**Fonte: Elaboração própria.**

## ANEXO B - QUANTIFICAÇÃO DO POTENCIAL DAS ALIANÇAS

Tabela n.º 6 - Quantificação do Potencial aliado

| <b>Alianças</b> | <b>Nome</b>                                | <b>Missões</b>     | <b>P</b> |
|-----------------|--|--------------------|----------|
| <b>AF</b>       | Australian and Fiji                        | Formação e treino, | 20       |
| <b>ALBA</b>     | Bolivarian Alliance for America            | Formação e treino  | 20       |
| <b>AL</b>       | Arab League                                | Defesa coletiva    | 40       |
| <b>ASEAN</b>    | Association of Southeast Asian Nations     | Consulta           | 10       |
| <b>AU</b>       | African Union                              | Defesa coletiva    | 40       |
| <b>NAM</b>      | Non-Aligned Movement                       | Consulta           | 10       |
| <b>CEN-SAD</b>  | Community of Sahel- Saharan States         | Consulta           | 10       |
| <b>CPLP</b>     | Comunidade dos países de língua portuguesa | Formação e treino  | 20       |
| <b>CW</b>       | Commonwealth of Nations                    | Comando conjunto   | 30       |
| <b>ECOAS</b>    | Economic Community of West African States  | Defesa coletiva    | 40       |
| <b>EU</b>       | European Union                             | Defesa coletiva    | 40       |

|               |   |                          |    |
|---------------|---|--------------------------|----|
| <b>PROSUR</b> | Forum for the Progress and Development of South America | Consulta                 | 10 |
| <b>G7plus</b> | Group of Fragile States                                 | Consulta                 | 10 |
| <b>GCC</b>    | Gulf Cooperation Council                                | Defesa coletiva          | 40 |
| <b>IMSC</b>   | International Maritime Security Construct               | Força e comando conjunto | 30 |
| <b>IMCTC</b>  | Islamic Military Counter Terrorism Coalition            | Formação e treino        | 20 |
| <b>MNNA</b>   | Major non-NATO ally                                     | Formação e treino        | 20 |
| <b>NATO</b>   | North Atlantic  | Defesa coletiva          | 40 |
| <b>OAS</b>    | OAS - Organization of American States                   | Defesa coletiva          | 40 |
| <b>OECS</b>   | Organization of Eastern Caribbean States                | Formação e treino        | 20 |
| <b>OIC</b>    | Organization of Islamic Cooperation                     | Consulta                 | 10 |
| <b>OSZE</b>   | Organização para a Segurança e Cooperação na Europa     | Consulta                 | 10 |
| <b>RP</b>     | Rico Pact   | Defesa coletiva          | 40 |

|              |   |          |    |
|--------------|---|----------|----|
| <b>SADC</b>  | Southern<br>African Development<br>Community    | Consulta | 10 |
| <b>SICA</b>  | Central<br>American Integration<br>System       | Consulta | 10 |
| <b>UN</b>    | UN - United<br>Nations                          | Consulta | 10 |
| <b>USAN</b>  | Union of South<br>American Nations              | Consulta | 10 |
| <b>ZPCAS</b> | South Atlantic<br>Peace and Cooperation<br>Zone | Consulta | 10 |

Fonte: Elaboração própria.